

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO - OESTE, UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
EDUCAÇÃO - MESTRADO

SONIELI PEDROSO LASCOSKI

LEITURA, “CÁRCERE” E ISOLAMENTO SOCIAL: UM ESTUDO NO
CONTEXTO DA SOCIOEDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

GUARAPUAVA

2022

SONIELI PEDROSO LASCOSKI

LEITURA, CÁRCERE E ISOLAMENTO SOCIAL: UM ESTUDO NO
CONTEXTO DA SOCIOEDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, para a obtenção de título de mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, História e Organização da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliane Sachser Angnes.
Coorientador: Prof. Dr. Marcos Gehrke.

GUARAPUAVA

2022

Catálogo na Publicação

Rede de Bibliotecas da Unicentro

Lascoski, Sonieli Pedroso

L342I

Leitura, cárcere e isolamento social: um estudo no contexto da socioeducação no estado do Paraná / Sonieli Pedroso Lascoski. – – Guarapuava, 2022.

xvi, 92 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Educação, 2022.

Orientadora: Juliane Sachser Angnes

Coorientador: Marcos Gehrke

Banca examinadora: Vanessa Elisabete Raue Rodrigues, Márcio José de Lima Winchuar

Bibliografia

1. Leitura social. 2. Socioeducação. 3. Pandemia. 4. Cárcere. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Educação.

CDD 370.1



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, PROPESP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, PPGE



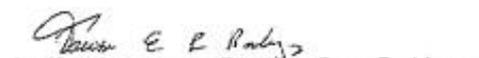
TERMO DE APROVAÇÃO

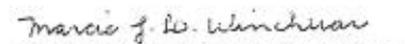
SONIELI PEDROSO LASCOSKI

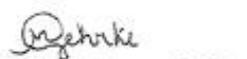
"LEITURA, CÂRCERE E ISOLAMENTO SOCIAL: UM ESTUDO NO CONTEXTO DA
SOCIOEDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ".

Dissertação aprovada em 20/04/2022 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração em Educação, pela seguinte Banca Examinadora:


Prof.ª Dr.ª Juliane Sachser Anghes
(Orientador/UNICENTRO)


Prof.ª Dr.ª Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
(UNICENTRO)


Prof. Dr. Márcio José de Lima Winchuar
(UNICENTRO)


Prof. Dr. Marcos Gerhke
(UNICENTRO)

IRATI-PR
2022

Home Page: www.bepes3.unicentro.br

Campus Santa Cruz: Rua Padre Saladore Resina, 575, Bairro Santa Cruz - Fone: (42) 3623-1020 - CEP 85.015-426 - GUARAPUAVA - PR
Campus CEDETEG: Alameda São Antonio Daltu Venúcia, 835, Bairro Vila Caré - Fone: (42) 3629-8100 - CEP 85.040-167 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Irati: Rua Prof. Maria Raul Zappi de Almeida, Bairro Eng. Guterres - Cx. Postal, 21 - Fone: (42) 3425-3026 - CEP 84.505-877 - IRATI - PR

Aos responsáveis pela minha origem, que ajudaram a construir a minha leitura da vida. Àquela que me gerou em seu ventre, embalou-me em seus braços, amparou-me e cuidou de mim ao longo da vida, minha mãe Sonia. Aos meus avós, Lidia e João, que estiveram sempre ao meu lado. A todos os leitores da própria vida.

Cárcere das almas

Ah! Toda a alma num cárcere anda presa,
Soluçando nas trevas, entre as grades
Do calabouço olhando imensidades,
Mares, estrelas, tardes, natureza.
Tudo se veste de uma igual grandeza
Quando a alma entre grilhões as liberdades
Sonha e, sonhando, as imortalidades
Rasga no etéreo o Espaço da Pureza.
Ó almas presas, mudas e fechadas
Nas prisões colossais e abandonadas,
Da Dor no calabouço, atroz, funéreo!
Nesses silêncios solitários, graves,
que chaveiro do Céu possui as chaves
para abrir-vos as portas do Mistério?!

(João da Cruz e Souza, 1988)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é resultado de muita dedicação e superação pessoal. Encerro um ciclo de muitas alegrias e desafios, uma das maiores e melhores experiências da minha vida, mesmo em meio a algumas adversidades. Durante a minha vida, as maiores críticas que recebi foram as minhas; em diversos momentos, fui a minha maior inimiga. A pressão da cobrança e de não se permitir errar quase acabaram comigo por isso, celebrar esta conquista é muito importante. Ser pesquisadora em uma conjuntura pandêmica foi algo doloroso; pesquisar e vivenciar na sociedade aspectos da minha própria pesquisa, despertaram-me sentimentos tristes e de impotência. Em virtude disso, finalizar este trabalho é uma conquista minha e de muitas pessoas especiais que compartilham a vida comigo.

Nesse espaço, quero registrar minha gratidão e carinho a todos e a todas que me acompanharam e foram essenciais para que eu conseguisse chegar até este momento. Sei que as palavras nestas páginas não são suficientes para externar toda a minha gratidão, mas carrego todos esses agradecimentos em meu coração.

Primeiramente, agradeço a Deus, por me possibilitar tantas coisas e me permitir viver, mesmo nos momentos nos quais eu não queria. Ele conduziu o caminho da minha vida perfeitamente.

Agradeço à minha orientadora, Professora Dr.^a Juliane Sachser Angnes, pela oportunidade de vivenciar o mundo acadêmico da pós-graduação, por ter confiado em minha capacidade de desenvolver este trabalho, mesmo com as minhas limitações e dificuldades. Sou grata por compartilhar o seu conhecimento e abraçar comigo esta pesquisa. Agradeço, com o mesmo carinho, ao meu coorientador, o Professor Dr. Marcos Gehrke, pela paciência em me ouvir e em me auxiliar, sem contar todas as suas contribuições para o andamento deste trabalho.

Agradeço À Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), que faz parte da minha vida acadêmica desde a graduação. Estendo esse agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e aos seguintes professores e professoras, que compartilharam seus ensinamentos nas disciplinas

que cursei: Prof. Dr. Alessandro de Melo, Prof. Dr. Gilmar de Carvalho Cruz, Prof.^a Dr.^a Luciane Neuvald e Prof.^a Dr.^a Michelle Fernandes Lima.

Carinhosamente, agradeço aos membros da banca, Prof.^a Dr.^a Vanessa Raue Rodrigues e Prof. Dr. Márcio José de Lima Winchuar, que aceitaram prontamente o convite, disponibilizando conhecimento e tempo para contribuir com esta pesquisa. Admiro a trajetória de ambos, o que me deixa ainda mais honrado em poder contar com vocês neste momento tão importante da minha vida.

Eu reconheço e agradeço o esforço de uma mulher incrível e batalhadora que tenho a honra de chamar de mãe, Sonia Pedroso. Obrigada por vencer inúmeras dificuldades para conseguir me criar, oportunizar os meus estudos e por me conduzir no caminho da vida. Somente nós duas sabemos todas as adversidades que enfrentamos, mas a união sempre nos deixou mais fortes. Você é, na minha vida, mesmo sem nem perceber, tantas coisas: mãe, e na maioria das vezes foi meu pai também, amiga, companheira e defensora. Ensinou-me a ser: generosa, batalhadora, empoderada, feminista e forte. Sou grata por acreditar que eu seria capaz, mesmo quando nem eu acreditava. Você me ensinou a persistir, mesmo em meio às adversidades que encontramos ao longo do caminho. Compartilhar a vida ao seu lado é, sem dúvidas, a melhor parte da minha vida. Desculpe as minhas ausências ao longo desses quase três anos de estudos intensos.

Agradeço aos meus avós, Lidia Rossa Pedroso e João Batista Pedroso, por estarem sempre ao meu lado. Recebo a titulação de Mestra em Educação graças aos sacrifícios que vocês fizeram para que eu pudesse estudar ao longo da minha vida, deixando de comprar algo particular para auxiliar em meus gastos e apoiando a minha mãe durante a minha criação. Vocês são o alicerce da minha vida.

Agradeço ao meu pai, Everaldo Lascoski, que, mesmo distante, sempre torceu pelo meu sucesso. A nossa relação durante a vida não foi como gostaríamos, mas o amor sempre prevalecerá e nos ajudará com o tempo a superar todas as lacunas.

Agradeço ao meu namorado, Antonio Pavlak Neto, por trilhar comigo um caminho de oito anos, no qual celebramos juntos muitas conquistas. Obrigada por

ser um grande incentivador em minha vida e por estar ao meu lado nos momentos bons e ruins. O seu apoio foi fundamental durante todo esse período.

Amplio esse sentimento de agradecimento à minha sogra, Miriam Thomé Pereira Pavlak, pelo carinho e cuidado ao se disponibilizar em me buscar em outro município todas as vezes que eu precisei, para que eu pudesse voltar para casa em segurança. À minha cunhada, Maria Victtorya Pavlak, por oferecer a sua companhia e o aconchego do seu lar no primeiro semestre, enquanto eu cursava as disciplinas em Guarapuava e Irati. Ao Paulo Henrique Almeida, pelas caronas fundamentais durante o processo de seleção e matrícula. O apoio dessa família maravilhosa foi essencial durante o percurso.

Agradeço ao meu compadre, William Evaldo Pavlak, e à minha comadre, Joyce Birer Vailati, por acompanharem esse período e me permitirem ser madrinha da Lívia, uma menina encantadora, que cativa e desperta o melhor de nós, proporcionando-nos a esperança de um mundo melhor.

Durante esse período no Mestrado, conheci muitas pessoas, das quais sou grata por compartilharem tantos momentos. Nesse tempo, alguns colegas se tornaram grandes amigos e contribuíram para que o caminho fosse mais leve e divertido. Deixo um agradecimento muito especial à Daniele Baitel, ao Samoel Cordeiro, ao Jean Nominato, ao Murilo Has e à Noeli Pereira. Vivenciar essa experiência ao lado de vocês foi uma honra.

Ao ingressar no mestrado, uma das minhas maiores preocupações foi no âmbito profissional. Conciliar a vida de pesquisadora e de professora inicialmente me assustou e, por vezes, achei que não seria capaz. É incrível como Deus conduz o nosso caminho e coloca nele pessoas que contribuem com a nossa caminhada. Agradeço à Marcia Schon, que foi minha professora na educação básica e que atualmente ocupa o cargo de diretora da escola em que trabalho. Serei eternamente grata por não se importar pelas minhas ausências enquanto eu cursava as disciplinas. Você sempre acalmava o meu coração, ao dizer a cada dia, que estava tudo bem, que daria tudo certo e que, se algo desse errado, daríamos um jeito. Agradeço, ainda, com muita consideração, a toda a equipe da Escola Municipal Teotônio Vilela (2019-2022); vocês vibraram comigo desde o dia da

minha aprovação, auxiliaram-me em muitos momentos, deram-me conselhos e acompanharam toda essa trajetória com muito carinho.

De modo muito especial, demonstro a minha gratidão a duas grandes amigas: Vanessa Bortolotto e Eunice de Lourdes Thiessen Rochi, por todo carinho, companheirismo e apoio em minha vida pessoal e profissional. Agradeço cada momento, conversa e conselho compartilhado nesses quatro anos de amizade; vocês deixam a minha vida mais alegre.

Ao meu melhor amigo, quase que de infância, Diego Paiva Bahls, pela linda amizade que construímos ao longo da vida. Sou grata por estar ao meu lado, mesmo a quilômetros de distância. Obrigada por me incentivar, me ouvir, por rir e chorar comigo todas as vezes que precisei. Você é uma referência em minha vida.

À Ana Paula Gonzatto, por me ouvir e encorajar a buscar novos desafios. Agradeço por compartilhar a sua experiência comigo e pelo cuidado em acompanhar os editais durante a seleção. Foi você a primeira a me informar sobre a aprovação, viveu comigo essa emoção e, ao mesmo tempo, acalmou o meu coração para vivenciar os novos desafios.

Agradeço a todas as crianças que já tive o prazer de compartilhar momentos e saberes. Meus alunos e alunas me ensinam todos os dias, vivenciam comigo novas descobertas e representam com perfeição a plenitude da vida e o futuro da nossa sociedade.

Sou grata por ter ao meu lado, desde a infância, seres que me alegram, acalmam e ajudam a preservar a minha saúde mental. Sim, os meus cachorros também merecem um agradecimento especial: Zéca, Xena, Pretinha, Carudo e Fadinha. Muitas patinhas e muito amor!

Gratidão à vida, por ser tão generosa comigo!

SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
1 INTRODUÇÃO	6
2 DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	15
2.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	16
2.2 LEVANTAMENTO DOCUMENTAL.....	20
2.3 ELEMENTOS DA ANÁLISE DE CONJUNTURA	22
3 A LEITURA SOCIAL COMO UM INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO.....	30
3.1 CONCEPÇÃO DE LEITURA SOCIAL.....	31
3.2 SOCIEDADE, ESTADO E LEITURA: PERSPECTIVAS E REFLEXÕES	36
4 COMPOSIÇÃO DE DIREITOS E O RECONHECIMENTO COMO CIDADÃO A PARTIR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	49
4.1 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DOCUMENTAL	49
4.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: CONCEPÇÕES E REFLEXÕES A RESPEITO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO	53
4.3 REGULAMENTAÇÃO E EXECUÇÃO: MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS A PARTIR DO SINASE.....	57
5 SOCIOEDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A PENALIDADE E A PROTEÇÃO	61
5.1 A SOCIOEDUCAÇÃO NO BRASIL.....	61
5.2 O ATENDIMENTO E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIOEDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ.....	65
5.3 A CONJUNTURA PANDÊMICA E SEUS REFLEXOS NA SOCIOEDUCAÇÃO NO PARANÁ	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Desenho feito por adolescente em medida socioeducativa	26
Figura 2 - Charge solidária.....	28
Figura 3 - A Pandemia Paralela	42
Figura 4 - Fake News.....	44
Figura 5 - Mapa do Paraná expondo a localização dos CENSES e Casas de Semiliberdade do estado	67
Figura 6 - Situação educacional dos adolescentes reclusos, em 2016.....	70
Figura 7 - Reportagem de 2020, evidenciando uma propaganda em relação aos CENSES do Paraná	72
Figura 8 - Reportagem de 2020, para divulgar as doações de equipamentos individuais de proteção, durante a pandemia	72
Figura 9 - Ficha de Monitoramento de Adolescente Assintomático – covid-19	77
Figura 10 - Ficha de monitoramento de caso suspeito ou confirmado – covid-19	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese do Levantamento Bibliográfico da BDTD.....	16
Quadro 2 - Relação de documentos estaduais localizados (2021).....	21
Quadro 3 - Elementos da conjuntura e sua aplicação ao objeto, conforme Souza (2014).....	23
Quadro 4 - Síntese dos documentos.....	50
Quadro 5 - Informações de 2017, dos menores infratores que se encontram em cárcere, no Paraná.....	68
Quadro 6 - Balanço de vagas disponíveis e de ocupação.....	69
Quadro 7 - Principais disposições do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento da covid-19 do Estado do Paraná no âmbito da Socioeducação.....	75

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CENSE	Centro de Socioeducação
CMM	Código de Mello Mattos
CMM	Código de Mello Mattos
DEASE	Departamento de Atendimento Socioeducativo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-estar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IP	Internação Provisória
I	Internação
SL	Semiliberdade
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílio
PPGE	Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Educação
PROEDUSE	Programa de Educação na Socioeducação
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SEJUF	Secretária de Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná

LASCOSKI, Sonieli Pedroso. *Leitura, Cárcere e Isolamento Social: um estudo no contexto da socioeducação no estado do Paraná*. 2022. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2022.

RESUMO

O estudo apresentado nesta dissertação buscou investigar a leitura social que o Estado e a sociedade realizam dos adolescentes no cenário do cárcere, na conjuntura atual da sociedade brasileira, enfatizando as normativas no estado do Paraná, em meio a um acontecimento pandêmico global. Os objetivos específicos desta pesquisa foram: (i) descrever de que forma os documentos históricos e atuais contemplam os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, enfatizando principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINAES); (ii) identificar de que forma os documentos históricos e atuais destacam as políticas públicas e a concepção de sujeito na socioeducação do estado do Paraná; (iii) discutir sobre o papel da leitura, em seu sentido social, em meio à conjuntura proposta. Esta é uma pesquisa bibliográfica e documental, pautada pela metodologia da análise de conjuntura (SOUZA, 2014). A problemática norteadora da pesquisa sustenta-se nas seguintes indagações: Como a sociedade pondera e vive o momento pandêmico? Como é realizada a leitura histórica e atual, nos documentos oficiais, dos adolescentes que se encontram internados? Qual é a concepção e a leitura social dos documentos oficiais, no período pandêmico, com relação à socioeducação no estado do Paraná? Por meio desta pesquisa, foi possível demonstrar a ausência da criticidade na sociedade atual, bem como as suas implicações na política e no bem-estar social. A leitura realizada por meio da pesquisa bibliográfica e documental explicita a ausência de políticas públicas eficazes para a proteção integral e para a ressocialização de menores infratores, bem como evidencia o preconceito enraizado pela sociedade no cenário do cárcere.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura social. Socioeducação. Pandemia. Cárcere.

LASCOSKI, Sonieli Pedroso. *Reading, Prison and Social Isolation: a study in the context of socio-education in the state of Paraná*. 2022. 92f. Dissertation (Master in Education) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2022.

ABSTRACT

The study presented in this dissertation sought to investigate the social reading that the State and society make of adolescents in the prison scenario, in the current conjuncture of Brazilian society, emphasizing the norms in the state of Paraná, amid a global pandemic event. The specific objectives of this research were: (i) to describe in what way the historical and current documents contemplate the adolescents who fulfill socio-educational measures, emphasizing mainly the *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Statute of the Child and Adolescent) and the *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo* (National System of Socio-Educational Attendance); (ii) to identify in what way the historical and current documents highlight the public policies and the conception of subject in the socio education of the state of Paraná; (iii) to discuss about the role of reading, in its social sense, in the proposed conjuncture. This is bibliographic and documental research, guided by the methodology of situation analysis (SOUZA, 2014). The guiding problem of this research is based on the following questions: How does society ponder and live the pandemic moment? How is the historical and current reading, in official documents, of adolescents who are in detention? What is the conception and the social reading of the official documents, during the pandemic period, regarding socio-education in the state of Paraná? Through this research, it was possible to demonstrate the absence of criticality in today's society, as well as its implications in politics and social welfare. The reading carried out through bibliographic and documentary research makes explicit the absence of effective public policies for the full protection and re-socialization of juvenile offenders, as well as evidences the prejudice rooted by society in the prison scenario.

KEY WORDS: Social reading. Socio-education. Pandemic. Prison.

PREFÁCIO

MARCOS E VIVÊNCIAS PESSOAIS: O PRELÚDIO DA PESQUISA

Neste momento, peço licença para utilizar a primeira pessoa do singular e falar um pouco de minha trajetória pessoal e profissional. Considero essencial explicar ao leitor a respeito de minha essência como ser humano, mulher, professora e pesquisadora antes de discorrer sobre a proposição desta pesquisa, pois parto do pressuposto epistemológico de deixar claro “de que lugar” alo e “por que” falo.

A escolha de um tema a ser pesquisado pode estar vinculada a várias perspectivas e inquietações. Em meu caso, presenciar um ambiente de cárcere durante a minha infância colaborou para gerar indagações com relação a esse espaço e a sua promessa para a sociedade como um espaço de ressocialização. Acredito que, por trás de toda pesquisa, o pesquisador de alguma forma tem um vínculo particular daquilo que busca investigar.

Sendo assim, pensando na relação entre autor/leitor e na divulgação deste trabalho, construí esta seção inicial como forma de prólogo não apenas como algo que antecede o fazer da pesquisa, mas também como elemento que soma e esclarece os caminhos percorridos na construção desta dissertação e da minha constituição pessoal no decorrer da vida.

Na mesma direção, destaco a relevância de me posicionar diante da pesquisa, por meio de uma apresentação, que serve para transportar o leitor à minha origem, ficando a par das experiências que me motivaram a desenvolver tal estudo. Reconheço que alguns parágrafos não são suficientes para narrar e relatar acontecimentos de toda uma vida, e esse não é meu objetivo. Contudo, comento brevemente um pouco da minha história e trajetória, articulando elementos que, de meu ponto de vista, merecem destaque.

Nasci e cresci em Laranjeiras do Sul, uma cidade com pouco mais de 30.000 mil habitantes, localizada no interior do estado Paraná. É uma cidade tranquila, com um povo acolhedor e batalhador. A economia desse município é baseada

principalmente na agricultura e em pequenos comércios; não há muitas oportunidades profissionais em áreas diferentes, o que evidencia uma heterogeneidade dentro nos ramos profissionais.

Sou de uma família simples e pequena. Meus avós maternos tiveram uma única filha; com muita dificuldade, tiravam o seu sustento da roça, passando a residindo na área urbana do município somente após muitos anos. Sobre a minha família paterna, não tenho muito o que relatar, devido ao pouco contato que tive. Infelizmente, esse é um lado inacessível que a própria trajetória da vida fez tal relação se romper.

Mesmo com o rompimento parcial de um laço afetivo paterno, posso dizer que a construção da minha problemática de pesquisa relacionada ao cárcere transcorreu, em um primeiro momento, por causa de meu pai e da curiosidade que tive desde a tenra infância. Quando eu tinha seis anos, presenciei a prisão de meu pai; ainda não entendia muito bem o que estava acontecendo, mas essa cena nunca mais se apagou da minha memória.

A partir desse dia, a prisão foi uma realidade próxima do meu cotidiano, e convivi com preconceitos e julgamentos da sociedade. Ao longo da vida, questionava-me sob quais condições e aspectos o espaço de reclusão poderia ser de fato ressocializador, e se realmente isso seria possível. Assim, acredito que as inquietações relacionadas à problemática do cárcere se iniciaram durante esse período e se estenderam durante os anos posteriores.

Meus pais juntos tiveram uma única filha, e foram casados por 12 anos. O divórcio foi difícil, conturbado e doloroso. Eu tinha apenas nove anos e a certeza de que tudo mudaria em minha vida a partir daquele dia. Como um típico divórcio, a separação assume diversas dimensões que transcendem à vida privada do casal. Assim como a realidade de centenas de milhares de brasileiras, a mãe, em grande parte, assume todos os papéis. Por outro lado, o pai se afasta e suas responsabilidades tornam-se tão pequenas que cabem no bolso, dentro de uma carteira, sendo traduzida, na maioria das vezes, na pensão ou no pequeno valor mensal destinado ao filho, ou à filha. Às vezes, nem isso acontece.

Não obstante a isso, são nos momentos mais difíceis que descobrimos as maiores fortalezas. Nessa época, descobri a força que uma mulher é capaz de ter, principalmente uma mãe. A minha trabalhava o dia todo, carregando a aflição por me deixar em casa sozinha; porém, não havia outra opção. A situação financeira não permitia pagar alguém para me fazer companhia. Toda noite eu olhava para rosto dela e observava uma face cansada, mas que sorria e me passava força e tranquilidade em meio às turbulências da vida. Foram nesses dias complicados que tive a certeza de que só o estudo mudaria essa realidade. A determinação para estudar teve um propósito: proporcionar um futuro melhor em benefício de minha mãe e de minha família.

Essa fase me trouxe autonomia e resistência. Fui mais independente nos afazeres do dia a dia, inclusive, nos estudos; buscava sempre estar na escola realizando os cursos extracurriculares que eram disponibilizados gratuitamente pela instituição. Apesar de me trazer autonomia, o período da adolescência também veio acompanhado de solidão; inúmeras vezes tive pensamentos suicidas, mas encontrei apoio em animais de estimação, em minha mãe, nos amigos e em coisas simples da vida.

Os anos foram passando, e a certeza de que a minha realidade poderia ser transformada por meio do estudo só aumentava. Minha mãe, que não teve a oportunidade de frequentar uma graduação, e meus avós maternos, analfabetos, sempre foram os meus maiores incentivadores. A experiência de vida lhes ensinou algo muito importante: a força que a busca por conhecimento é capaz de ter. E eles estavam certos. Foi realmente por meio do estudo que realizei algumas conquistas pessoais e profissionais.

Devido à condição financeira da minha família, além de pensar no estudo, era necessário conseguir um emprego para conquistar mais oportunidades e experiências. Decidi, então, matricular-me no Ensino Médio Profissionalizante, na modalidade Normal (conhecido como Magistério), concluindo-o em 2014. No mesmo ano, realizei o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), obtive uma boa nota, o que me permitiu ingressar no ensino superior, no curso de Pedagogia, docência e gestão educacional, da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) Campus Avançado de Laranjeiras do Sul.

Durante os quatro anos de graduação, os conhecimentos que adquiri ultrapassaram as paredes de uma sala de aula. Tornei-me um ser humano melhor, aprendi a me impor, a expressar as minhas ideias e a lutar pelos meus interesses. Na questão profissional, sempre soube o quanto a educação poderia ser libertadora e fui construindo ainda mais essa concepção a cada ano de graduação. Em meio às disciplinas, sempre questionava em quais lugares uma pedagoga/professora poderia trabalhar. Infelizmente, a sociedade ainda limita muito a graduação em Pedagogia, restringindo o curso somente à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Apesar de existirem outros espaços, os não escolares, para atuação pedagógica e gestão educacional, esses ainda se apresentam escassos e com pouca representatividade, se comparados à docência. Aos poucos, fui descobrindo e libertando as minhas curiosidades. No do terceiro ano da graduação, resgatei aquela curiosidade em se aprofundar no universo do cárcere como um ambiente de ressocialização; tive, desse modo, a certeza de que gostaria de pesquisar mais sobre a educação no contexto prisional.

No decorrer da pesquisa, notava olhares estranhos de colegas que não compreendiam a minha “curiosidade” voltada para o espaço do cárcere, mas isso nunca me abalou, pelo contrário, motivou-me ainda mais. É interessante ressaltar que as construções negativas com relação ao sistema prisional estão fortemente enraizadas na sociedade, mesmo dentro de um curso de formação docente, como o de Pedagogia. Nessa época, buscava entender como o sistema prisional poderia, de fato, tornar-se ressocializador a partir da educação.

Durante o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação, realizei uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo no Centro de Socioeducação (CENSE) de Laranjeiras do Sul (PR), investigação que me oportunizou conhecer alguns profissionais que ministram as aulas diariamente para os adolescentes. Nesse processo, deparei-me com o que poderia ser um instrumento para a transformação do sujeito: a leitura.

O poder da leitura escolar me fez perceber o quanto ela poderia ser libertadora, colaborando para a ressocialização em sociedade dos sujeitos que se encontram internados. Ao conceituar leitura nesse cenário, gostaria de não a limitar

de modo mecânico ao universo escolar, mas compreendê-la um instrumento para despertar a criticidade em meio a uma sociedade perturbadora. A leitura de mundo não deve se restringir à leitura da palavra (FREIRE,1982).

Em 2018, alguns meses antes de concluir a graduação, a minha vida profissional ganhou mais um significado: passei a pertencer ao quadro efetivo de professores do município de Laranjeiras do Sul (PR). A minha busca pelo conhecimento, portanto, passou a ter mais um propósito: proporcionar sempre o melhor àqueles que me ensinam todos os dias, os meus alunos (as).

Ao concluir a graduação, comecei a questionar quais seriam as minhas perspectivas para o futuro; havia muitas incertezas e receios, o medo de prosseguir com os estudos ultrapassava a barreira intelectual, pois a questão financeira e as atribuições da vida pesam nos momentos de decisões. No entanto, uma das maiores lições que as mulheres da minha vida me ensinaram (minha mãe e avó materna) é que uma mulher não pode desistir sem ao menos tentar. Dessa forma, ao concluir a minha breve pesquisa na graduação, o sentimento de finalização não estava completo; restavam algumas inquietações que poderiam ser mais exploradas.

Em busca de novas descobertas, inscrevi-me para concorrer a uma vaga no Programa de Pós-graduação em Educação da UNICENTRO. Procurava uma oportunidade de continuar os estudos e ampliar a minha pesquisa da graduação, mas confesso que parecia um sonho muito distante. Foi então que a vida me surpreendeu! O que parecia ser o final da minha trajetória como pesquisadora, era apenas o começo. Jamais esquecerei o olhar da minha mãe no dia que ingressei no Mestrado em Educação; por meio de seus olhos apreciei a nossa vitória. A conquista era nossa, da mãe que enfrentou uma sociedade machista e “batalhou” para criar a filha sozinha e, não menos importante, a minha própria satisfação, pois naquele instante compreendi que todas as dificuldades da vida me fortaleceram e me ensinaram a persistir.

E, neste momento, estou aqui! Esta sou eu! Após explicitar a minha trajetória pessoal, educacional e profissional, passo a delimitar a pesquisa e o meu objeto de estudo, partindo da introdução.

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação, intitulada *Leitura, cárcere e isolamento social: um estudo no contexto da socioeducação no estado do Paraná*, apresenta os resultados de um estudo realizado no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE), nível de Mestrado, da UNICENTRO, na linha de pesquisa *Políticas Educacionais, História e Organização da Educação*, no período de 2019 a 2022, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Juliane Sachser Angnes e coorientação do Prof. Dr. Marcos Gehrke.

Falar, escrever, ler, ou seja, estudar sobre a leitura, por vezes, pode ser algo habitual, desde a infância. Durante esse processo, quase que instantaneamente, aprendemos a associar a leitura apenas ao seu sentido escolar e não social. Ao realizar uma busca rápida da palavra “leitura” no dicionário ela é definida como a “ação de ler”¹. Com base nessa definição, inferimos que o ato de ler ultrapassa a noção popular de leitura como a decifração de símbolos escritos, podendo a ação de ler englobar em todo o sentido da vida, como as vivências e as experiências em sociedade (FREIRE, 1982).

Ao longo deste trabalho, a leitura não será abordada em seu sentido escolar, mas sim em seu aspecto social e amplo de reflexão, tendo como base um dos principais educadores, Paulo Freire (1982, 2001, 2003). Esse autor compreendia a leitura em uma perspectiva social, como um instrumento de libertação diante de uma sociedade alienada e autoritária.

A partir das considerações de Freire (1982), compreendemos que as vivências do sujeito antecedem à leitura da palavra, iniciam com as experiências da infância e continuam ao longo da vida. A primeira leitura acontece em meio às percepções da infância, ao contexto vivenciado e às experiências adquiridas, observando aqueles que estão ao redor. Esses elementos ajudam o sujeito a construir quem ele é e a sua criticidade perante a sociedade. Para Freire (1982),

¹ Informação extraída do site Dicio. Com.br (Dicionário Online Português). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/leitura/#:~:text=Significado%20de%20Leitura,escrito%3A%20sua%20leitura%20foi%20perfeita>. Acesso em: 15 mar. 2021.

“[...] re-crio e re-vivo, no texto que escrevo, a experiência vivida no momento em que ainda não lia a palavra” (FREIRE, 1982, p. 12).

Realizar uma análise sobre a leitura social, no cenário do cárcere em uma conjuntura repleta de intolerância e de preconceito, marcada pelo acontecimento pandêmico é o que conduz este estudo. A questão da reclusão social no contexto da pandemia acentuou a desinformação de uma população já alienada, que, com argumentos rasos, se contrapõe às evidências científicas. Juntamente à epidemia causada por um vírus, propagou-se a pandemia da ignorância, intensificando a insipiência da população brasileira e nela todas as formas de violência.

Na contemporaneidade, a violência tem se tornado uma questão de potencial crescimento em diversos níveis e extratos sociais, de modo que aparece com frequência em todas as regiões do Brasil. É algo habitual e corriqueiro, visto que nas mídias jornalísticas e sociais há diariamente notícias que retratam a presença da violência, em seus mais variados crimes. Acompanhar as informações que retratam a brutalidade na sociedade virou algo frequente, mas que precisa ser repensado e questionado socialmente. O Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2015) tece algumas reflexões sobre o cenário hostil que vivenciamos:

[...] contínuo incremento da violência cotidiana configura-se como aspecto representativo e problemático da atual organização de nossa vida social, adquirindo formas específicas de manifestação nas diversas esferas da vida cotidiana. A questão da violência e sua contrapartida, a segurança cidadã, têm-se convertido em uma das principais preocupações não só no Brasil, como também nas Américas e no mundo todo, como o evidenciam diversas pesquisas de opinião pública. (WAISELFISZ, 2015, p. 7).

Mocelin (2016) questiona o quanto a prática da violência afeta o próprio direito da cidadania, sendo o ato de praticar violência uma negação dos direitos e dos deveres do cidadão. A constante sensação de medo presente nas classes sociais, sobretudo na população mais pobre, faz parte do cotidiano nacional. Essa problemática, de ordem social e estrutural, não encontra no sistema brasileiro alternativas de seguridade e de proteção, evidenciando falhas em toda a sua organização. Nesse sentido, observamos, ainda, que a prioridade não está nas estratégias de prevenção à criminalidade, nem mesmo em estratégias

educacionais de combate prévio, mas sim em benefício do capital, que prioriza os atos de punição ao invés da educação (MÉZSÁROS, 2008).

As correlações entre a discriminação racial e a violência são evidentes na sociedade brasileira, entretanto, essa é uma realidade que ainda não é reconhecida, devido ao próprio preconceito. De fato, a violência está presente em todas as classes sociais, mas é evidente que as classes mais baixas, os pobres e os negros sejam os mais suscetíveis, pois são os mais vulneráveis.

A probabilidade de ser uma vítima da violência no país altera-se em função da condição econômica, da cor e/ou do gênero. Não faz sentido dizer que, de fato, vive-se em um Estado que garante segurança e políticas públicas para todos. A leitura que se faz da própria realidade nacional exterioriza um cenário desigual e excludente, marcado pela violência. De acordo com Barros (2021), uma das autoras do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021),

Assim, em que pese não se tenha as condições estatísticas necessárias para que se possa isolar o fator “raça/cor” dos demais fatores que aumentam a probabilidade de ser vítima de uma morte violenta no país, como gênero, idade e demais condições socioeconômicas – o que também decorre das fragilidades dos bancos sobre segurança pública que ainda remanescem, conforme apontado no início deste texto –, a disparidade entre a distribuição populacional do país em termos de raça/cor e aquela verificada entre as vítimas de MVI's é um indicativo que merece toda a atenção das políticas públicas de segurança. Afinal, enquanto os negros são 56% da população brasileira, continuam a representar, ano após ano, pelo menos 70% do total de vítimas de mortes violentas no país. (BARROS, 2021, p. 39).

Em 2020, essa condição de instabilidade social e vulnerabilidade, que já era visível, ficou ainda mais acentuada com o aparecimento do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), gerando a pandemia da covid-19. O Brasil, assim como todos os outros países, precisou adotar medidas severas de reclusão e de isolamento social, já que a pandemia veio com força e sem grandes perspectivas para amenizar os

seus impactos. Em meados de fevereiro de 2022, de acordo com o Ministério da Saúde², mais de 640 mil pessoas perderam a vida em decorrência dessa doença.

Nesse contexto pandêmico, a violência, o caos e a miséria alcançaram ainda mais espaço, acentuando as desigualdades de um país já demarcado pela diferença de classe. Esse período tem sido acompanhado pela dor da perda e pela luta em busca da sobrevivência, já que milhões dos brasileiros não tinham a opção de escolha entre se arriscar, ao sair de casa para trabalhar e garantir o sustento da família, ou ficar em seu lar, colaborando com o isolamento social, mas sem renda, sem alimento e, por vezes, sem esperança de dias melhores (MATTA *et al.*, 2021).

Ainda que o Estado, em sua legalidade, assegure em sua constituição a concepção de igualdade, a realidade da população brasileira é desigual e excludente. Quando analisamos as disparidades sociais relacionadas aos jovens, a desigualdade se torna ainda mais notável, visto que muitos vivem em condições precárias, em meio à violência, ao preconceito, à instabilidade financeira, à entrada precoce ao mundo do trabalho e, de uma maneira geral, com baixas perspectivas de progredir. Dito de outro modo, eles não têm grandes perspectivas para o futuro, pois a sociedade que condena é a mesma que exclui e se isenta dessa problemática social (MOCELIN, 2016). Se é um problema social, está subentendido que diz respeito a todos os sujeitos que vivem em sociedade.

No contexto de pandemia, a desigualdade social chegou ao extremo. A mão de obra dos trabalhadores passou a ser ainda mais explorada. “*O Brasil não pode parar*”, dizia o presidente do país; os donos dos grandes comércios e a classe alta foram os que menos sofreram diretamente com os impactos do isolamento, já que seus padrões de vida são permeados de luxo das suas casas, o que lhes permitiu permanecer no seio em seus lares durante os períodos de isolamento. Por outro lado, de maneira paralela, a população trabalhadora foi sendo intimidada pelo governo, que criticava o isolamento social e não viabilizava um auxílio emergencial que fosse suficiente para cobrir os gastos mensais das famílias. Nessa realidade

² Informação extraída do site oficial do Ministério da Saúde do Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 1 jun. 2021.

de miséria, a população mais afetada foi às ruas em busca de trabalho e de condições mínimas para viver.

É essencial compreendermos de que forma essa nova organização social resultante da pandemia contribui para a leitura ampla dos sujeitos no convívio social e no ambiente de cárcere. Levando-se em consideração os aspectos supracitados, identificamos a necessidade social desta pesquisa, principalmente, em um contexto de pandemia, cuja conjuntura social brasileira tem potencializado, por meio de discursos e comportamentos, uma discrepância na conquista de direitos básicos. Além disso, vivemos em um momento ainda mais crítico no tocante à alienação, à censura e à desigualdade social.

Complementando essa assertiva, realizamos uma busca nos bancos de dados de trabalhos científicos, durante o período de 2010 a 2021 (um intervalo de 11 anos), a fim de se verificar as obras mais atuais no que diz respeito à temática deste estudo. A investigação foi conduzida em dois bancos de dados: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), a partir dos descritores de busca: socioeducação; leitura; cárcere.

Com base nessa busca, é possível constatar que a problemática do cárcere ainda é pouco investigada. Ademais, nos poucos estudos existentes, centra-se mais em presidiários do que em adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, como é o caso deste estudo. Esse fator justifica esta pesquisa e a torna inovadora e singular, visto que articula uma problemática pouco abordada no meio acadêmico a um período ímpar, o da pandemia da covid-19. De acordo com Gamboa (2003), uma pesquisa pode ser justificada “[...] quando as respostas sobre os problemas não estão dadas ou quando as respostas obtidas pelo pesquisador [...] ou por pesquisas anteriores não são satisfatórias nem são suficientes para esclarecer ou diagnosticar a problemática.” (GAMBOA, 2003, p. 398). Dessa forma, justifica-se a relevância científica desta investigação.

As indagações que impelem este estudo são: *Qual a leitura social que o Estado e a sociedade realizam com relação aos adolescentes que se encontram em internamento nos CENSEs? Qual é a concepção e a leitura social dos*

documentos oficiais, no período pandêmico, com relação à socioeducação no estado do Paraná?

Articulado a essas perguntas, o objetivo geral da pesquisa é *compreender a leitura social que o Estado e a sociedade realizam com relação aos adolescentes que se encontram em cárcere*. Os objetivos específicos, por sua vez, são: (i) descrever de que forma os documentos históricos e atuais contemplam os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, enfatizando principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE); (ii) identificar de que forma os documentos que tratam a socioeducação destacam as políticas públicas e a concepção de sujeito no estado do Paraná; (iii) discutir o papel da leitura, em seu aspecto social, em meio à conjuntura proposta.

Para alcançar os objetivos propostos e responder às perguntas levantadas, recorreremos, metodologicamente, à análise de conjuntura, a partir das concepções de Souza (2014), que compreende as categorias de análises como importantes elementos na busca por dados. As categorias podem contemplar os acontecimentos, os cenários, os atores, a relação de forças e a articulação entre estrutura e conjuntura, conforme orienta o autor supracitado.

A análise de conjuntura deve ocorrer a partir dos acontecimentos, já que indicam a razão e a percepção que a sociedade, o grupo social ou classe têm da sua própria realidade e de si mesmos (SOUZA, 2014). No caso deste estudo, o acontecimento pandêmico é intitulado a partir da análise de conjuntura como um acontecimento, uma vez que a sua proporção e seus efeitos afetaram a vida em sociedade, não apenas no Brasil, mas em todos os continentes (SOUZA, 2014). Esse acontecimento se iniciou no final de 2019, a partir da propagação de uma nova cepa do Coronavírus, que gera uma grave infecção respiratória, doença popularmente denominada de covid-19. Os primeiros casos foram registrados em Wuhan, na China, e em poucos meses o vírus se espalhou pelo mundo. Esse contexto pandêmico perdura até os dias atuais, no ano de 2022.

Logo no início de 2020, a sociedade vivenciou o isolamento social, como forma de evitar a propagação e a circulação do vírus. Nesse contexto, a melhor forma de se comunicar passou a ser digital. A virtualização ocorrida durante a

pandemia explicitou uma acentuação de problemas já vivenciados pela dependência da tecnologia como a profusão de informações falsas veiculadas principalmente por redes sociais, aplicativos de mensagens e sites não confiáveis. Toda essa (des)informação agravou ainda mais a situação sanitária no país (fez com que muitos não buscassem tratamento médico e não se vacinassem contra a covid-19) e demonstrou o quanto a população brasileira não consegue ler com clareza as questões políticas e sociais do próprio país.

A todo instante, é possível recebermos, nos aparelhos celulares, uma nova mensagem que sugere uma receita milagrosa para combater o Coronavírus, contudo, tais notícias falsas colocam mais vidas em risco. Enquanto alguns brasileiros questionam a eficácia da vacina, ou ainda, se ela carrega em si um *microchip* ou componentes capazes de modificar o DNA humano, o vírus se espalha descontroladamente, conforme uma das diversas reportagens³ que buscam desmentir as maiores *fake news* (notícias falsas) da pandemia. Essa situação escancarou um problema muito presente no país: a pandemia da desinformação, um desconhecimento social que foi acentuado por um governo omissivo e relapso.

Realizada essa breve leitura do acontecimento pandêmico, é preciso elaborar uma reflexão sobre essa conjuntura. Tal ponderação não pode deixar de ser política, tendo em vista que retrata uma posição relacionada ao contexto pandêmico triste e caótico agravado pelo descaso do governo brasileiro e suplementada pela consciência crítica de muitos cidadãos. Diante do exposto, justifica-se a necessidade de discutir a conjuntura atual, em meio ao acontecimento da pandemia, no cenário da sociedade e do cárcere.

Partindo desse pressuposto, nesta pesquisa, elegemos como foco os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, nos Centros de Socioeducação do estado do Paraná. Assim, os atores vivenciam a reclusão, em uma sociedade que se encontra isolada e ainda mais desinformada. A partir de

3 A reportagem *2020: confira as sete Fake News mais perigosas sobre a pandemia de Covid-19* consta no site Saúde.ig. Disponível em: <https://saude.ig.com.br/coronavirus/2020-12-23/2020-confira-as-7-fake-news-mais-perigosas-sobre-a-pandemia-de-covid-19.html>. Acesso em: 21 mar. 2021.

referenciais bibliográficos e documentais, intentamos compreender como é realizado o processo de leitura desses sujeitos.

Para fundamentar e aprofundar as reflexões e análises, selecionamos importantes teóricos. A fim de compreender os aspectos metodológicos da análise de conjuntura, evidenciamos as considerações de Souza (2014). No tocante às concepções de Estado e organização social, recorremos a Mézsáros (2008) e a Marx (2010). Com relação à categoria de leitura, os pensadores selecionados foram Freire (1982, 2001), Silva, E. T. (1986, 1997, 2005, 2009, 2011), Menegassi e Angelo (2010), Pereira (2015) e Winchuar (2020). Por fim, no que diz respeito à socioeducação, a pesquisa é balizada pelos estudos de Mocelin (2016).

Esta dissertação está organizada em seis seções. A primeira é esta introdução, que destaca o tema, a sua justificativa social, as perguntas norteadoras, os objetivos e a organização da pesquisa.

A segunda seção contempla os aspectos metodológicos, tais como foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, além da metodologia da análise de conjuntura.

A terceira seção, intitulada *A leitura social como um instrumento de libertação*, apresenta a concepção de leitura social como um instrumento de libertação (e não no sentido escolar de leitura), ressaltando a importância dessa prática para se alcançar uma sociedade com consciência de classe, instigando a criticidade da população brasileira. São evidenciados, ainda, nesta seção, alguns aspectos relacionados à leitura da sociedade e do Estado, a partir de algumas perspectivas e reflexões em meio à conjuntura pandêmica.

A quarta seção, com o título *Composição de direitos e o reconhecimento como cidadão a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente*, parte de um levantamento histórico para se compreender a composição de direitos e como os adolescentes, ao longo do tempo, foram reconhecidos como cidadãos. São enfatizadas também as concepções do ECA como um marco na proteção integral desses sujeitos, além da regulamentação e da aplicação das medidas socioeducativas, a partir das considerações do ECA e do SINASE.

Na quinta seção - Socioeducação: *reflexões sobre a penalidade e proteção* -, tecemos reflexões a respeito das concepções de penalidade, proteção juvenil, e socioeducação no Brasil. Após serem ressaltados elementos nacionais, discutimos as características da socioeducação do estado do Paraná e as medidas adotadas durante a pandemia da covid-19.

Na sexta seção, elaboramos as considerações finais, momento em que retomamos as perguntas de pesquisa, os objetivos e a análise da conjuntura.

2 DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Para desenvolver qualquer tipo de investigação, é fundamental recorrermos a uma metodologia de pesquisa que nos permita traçar o caminho que será percorrido durante o estudo. Ademais, a metodologia contribui para que o pesquisador explicita as finalidades e os procedimentos que serão necessários para gerar e analisar dados, uma trajetória percorrida que dará credibilidade à pesquisa científica. Ao iniciar um estudo científico, focamos em uma pergunta que ainda não se tem uma resposta consistente de forma evidente e, a partir disso, construímos o ponto de partida da pesquisa científica, almejando encontrar respostas às questões pendentes (GATTI, 2001).

Na ótica de André (2005), toda pesquisa deve apresentar um caráter de relevância na área científica e social, a partir de uma temática bem engajada e definida, que apresente uma análise com resultados e conclusões baseadas em evidências. Além disso, a pesquisa precisa estar muito bem estruturada e articulada. Para tanto, é preciso que haja “[...] um objeto bem definido, que os objetivos ou questões sejam claramente formulados, que a metodologia seja adequada aos objetivos e os procedimentos metodológicos suficientemente descritos e justificados” (ANDRÉ, 2005, p. 32).

Com relação ao desenvolvimento metodológico desta pesquisa, optamos pela abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico e documental, mediada pela análise da conjuntura, como orienta Souza (2014). Com a intenção de compreender as especificidades do nosso objeto de estudo, utilizamos o método qualitativo, que, de acordo com Gamboa (2003), consiste na “[...] compreensão dos fenômenos nas suas especificidades históricas e pela interpretação intersubjetiva dos eventos e acontecimentos” (GAMBOA, 2003, p. 394).

Com base nessa conceituação inicial, nas subseções a seguir, apresentamos os procedimentos metodológicos, tais como o levantamento bibliográfico e documental e a análise de conjuntura.

2.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Partimos de um estudo exploratório em dois nos bancos de dados BDTD e da BRAPCI⁴, a fim de realizar um levantamento de obras já publicadas sobre o tema em pauta. Para delimitar um período de publicações, no sentido de observar com cuidado as pesquisas já existentes, optamos por demarcar a busca em um período mais atual, abrangendo os anos de 2010 a 2021.

Optamos por realizar a busca utilizando dois termos conceituais nos descritores. Primeiramente, referimo-nos ao espaço de reclusão como *cárcere* e posteriormente como *internamento*. Dessa forma, os descritores utilizados foram: leitura; socioeducação; cárcere; internamento unidades socioeducativas.

O levantamento bibliográfico feito nas duas bases de dados evidenciou que a temática de pesquisa proposta (menores infratores, “cárcere” e leitura social) ainda apresenta poucas produções, principalmente no estado do Paraná, o que aponta para a necessidade de se direcionar um olhar mais objetivo e específico.

A seguir, no Quadro 1, indicamos alguns dos trabalhos que foram encontrados na BDTD, que de algum modo dialogam com a nossa área de estudo:

Quadro 1 - Síntese do Levantamento Bibliográfico da BDTD

Trabalho	Título	Ano	Autor	Universidade
Dissertação	O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal	2012	RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa	Universidade de Brasília
Tese	Adolescência em conflito com a lei: socioeducação no Paraná	2014	MOCELIN, Márcia Regina	Universidade Tuiuti do Paraná
Dissertação	O mito do cárcere ressocializador	2017	SILVA, Ana Clara Pedroso Fernandes Valentim	Pontifícia Universidade

⁴ Disponíveis, respectivamente, em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/> e <https://www.brapci.inf.br/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

				Católica de São Paulo
Dissertação	A socioeducação e direitos humanos: um estudo do projeto a arte do saber	2017	SILVA, Clawdemy Feitosa	Universidade de Brasília
Dissertação	Leitura crítica: um caminho para a ressocialização	2018	DANTAS, Doneves Fernandes	Universidade Federal de Campina Grande
Dissertação	Análise do perfil do adolescente em uma unidade socioeducativa de internação do Paraná	2012	LOPES, Geniela	Universidade Estadual de Londrina

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na BDTD, a partir do descritor de busca *leitura* (no sentido amplo da palavra), localizamos 47.985 trabalhos. Ao delimitarmos para a área de Ciências Humanas e Educação, o número foi reduzido para 674. Esses estudos são muito pertinentes, mas não envolvem de forma específica a temática desta pesquisa. Já o descritor *cárcere*, quando utilizado na busca, gerou 498 resultados toais. Também refinamos a busca por delimitar a área - de Ciências Humanas e Educação -, resultando em 13 trabalhos, dos quais um se insere no objeto deste estudo. Ao unificar os descritores de busca *leitura* e *cárcere* localizamos 71 pesquisas, das quais cinco estabelecem diálogos com a nossa investigação. Com relação ao termo *socioeducação*, dos 155 resultados verificados, somente um se enquadra em nosso objeto de estudo. Com o descritor *internamento unidades socioeducativas*, encontramos 80 estudos, ao delimitar para pesquisas relacionadas ao estado do Paraná a busca apontou 5 trabalhos.

O momento de realizar um levantamento de pesquisas já desenvolvidas suscita-nos muitas reflexões. É evidente que todos os estudos indicados na busca apresentem considerações para o meio acadêmico e científico, entretanto, destacamos somente aqueles que apresentam conexões com o nosso objeto de estudo, os quais foram delimitados com o auxílio dos descritores utilizados.

Os cinco estudos selecionados, com diferentes particularidades, expressam reflexões importantes para a sociedade e para a nossa pesquisa. Como indicado no Quadro 1, são quatro dissertações e uma tese, mas apenas um estudo (a tese de doutorado) se refere especificamente ao estado do Paraná.

O estudo de Ribeiro (2012) - *O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal* - apresenta uma investigação relacionada ao perfil do sujeito leitor que se encontra em cárcere, propondo uma reflexão a respeito da conceituação do mundo como prisão moderna. A pesquisa apresenta um caráter qualitativo e quantitativo, na perspectiva teórico-relacional entre a leitura e o cárcere.

Na dissertação intitulada *O Mito do Cárcere Ressocializador*, de autoria de Silva (2017), observamos considerações de como o ambiente do cárcere é contraditório ao prometer ressocializar o indivíduo em sociedade em um ambiente que não é ressocializador. A reintegração do sujeito deve ir além do período de reclusão. O método utilizado pela autora no decorrer do estudo foi o hipotético-dedutivo, além de um estudo bibliográfico.

Silva (2017), em sua pesquisa de mestrado intitulada *A Socioeducação e direitos humanos: um estudo do projeto A Arte do Saber*, investigou um projeto relacionado à leitura que é aplicado na Unidade de Internação de Santa Maria (DF). Esse projeto, por meio do incentivo à leitura, busca ampliar a autonomia dos sujeitos, ampliando suas perspectivas como cidadãos, visando, assim, ao seu sucesso na ressocialização em sociedade.

Ao inteirar-nos com o estudo intitulado *Leitura crítica: um caminho para a ressocialização*, desenvolvido por Dantas (2018), deparamo-nos com um trabalho que visou a compreender como a educação pode colaborar, por meio da leitura crítica, com a construção de um sujeito reflexivo, partindo da ideia de que essa criticidade colabora em sua reinserção social. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, com a análise de dados que foram levantados no decorrer da investigação.

Na única tese selecionada, desenvolvida por Mocelin (2014) e intitulada *Adolescência em conflito com a lei: socioeducação no Paraná*, a proposta foi

analisar os Centros de Socioeducação do Paraná, abordando-se as políticas públicas e educacionais das instituições, considerando os aspectos concretos de formação para a ressocialização. O caminho metodológico se baseou na Teoria Histórico-Crítica, partindo de uma investigação por meio de duas categoriais: o adolescente que se encontra em cárcere e as políticas públicas socioeducacionais.

Geniela (2012) caracteriza, em sua dissertação, o perfil do adolescente interno em uma unidade socioeducativa do Paraná, analisando documentos da própria unidade. Os resultados obtidos demonstraram um grande índice de reincidência no mundo do crime.

No banco de dados da BRAPCI, ao utilizar como descritores de busca *leitura no cárcere*, encontramos apenas cinco trabalhos que foram publicados em revistas, contudo, esses destacam como objeto de estudo a biblioteca em um contexto de cárcere. Ao buscar por *leitura e internamento unidades socioeducativas*, não encontramos nenhum resultado.

Ao procedermos esse levantamento bibliográfico do que está sendo produzido em nossa área de interesse, constatamos que os estudos na temática ainda são bem limitados e podem ser expandidos com outras considerações e reflexões relevantes para a sociedade. Durante as buscas, notamos que existem vários estudos que discutem o sujeito adulto que se encontra recluso em penitenciárias, mas poucas são as pesquisas que se dedicam a o adolescente no espaço da socioeducação.

No tocante aos trabalhos que destacam a leitura, percebemos que, em grande medida, abordam-na somente em seu sentido pedagógico/escolar, em um contexto de biblioteca e literatura. Isso ressalta a importância de produzir mais estudos voltados à área da leitura social.

Ao observarmos os trabalhos já realizados sobre o cárcere, constatamos a ausência de estudos relacionados aos adolescentes que se encontram nesse cenário de reclusão. A escolha de destacar os menores infratores em nossa pesquisa decorre da percepção de que a maioria dos estudos da área é voltada principalmente para sujeitos presidiários, não evidenciando aspectos e particularidades das medidas punitivas aplicadas aos adolescentes. Nesse sentido,

é preciso ocorrer um diálogo maior com essa pauta, inclusive com estudos que se voltem especificamente para os adolescentes reclusos.

Após descrevermos o levantamento bibliográfico realizado, a seguir, explicitamos os documentos selecionados para nossas reflexões.

2.2 LEVANTAMENTO DOCUMENTAL

O levantamento de documentos para proceder a análise de conjuntura foi outro encaminhamento utilizado em nossa pesquisa. Avançamos para a análise de documentos nacionais e estaduais que norteiam a socioeducação, no que diz respeito aos menores infratores que cumprem medidas socioeducativas em Centros de Socioeducação no estado do Paraná, inclusive em meio ao acontecimento pandêmico. Além disso, recorreremos, como uma importante ferramenta durante o estudo, os sites oficiais do governo do estado do Paraná, em busca das normatizações relacionadas aos adolescentes reclusos.

Com relação à pesquisa documental, realizamos primeiramente um levantamento dos documentos históricos, principalmente, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), que evidencia a constituição de direitos das crianças e dos adolescentes e dá o suporte legal para aqueles que cometem atos infracionais. A partir dos documentos históricos, apresentamos os que norteiam a conjuntura atual, com a intenção de observar se houve avanços na legislação em relação à criança e ao adolescente e a toda a organização vigente da socioeducação.

Como analisamos a conjuntura do acontecimento pandêmico, no cenário da socioeducação, pesquisamos aspectos relevantes em alguns materiais divulgados no estado do Paraná, tais como: a Portaria nº01/2020, de 18 de março de 2020 (PARANÁ, 2020a), que forneceu as primeiras orientações logo que a pandemia se instalou no Brasil, o e-book *Socioeducação do Paraná na pandemia: desafios e legados* (CARVALHO *et al.*, 2021), que fez considerações relevantes no decorrer do período pandêmico, e o *Relatório de Atividades Desenvolvidas Durante a*

Pandemia (PARANÁ, 2020b), publicado pelo Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE).

Em meio à pandemia, uma parcela significativa da população brasileira passou por um período de isolamento em seus lares, por isso, o levantamento das informações e dos documentos que comporiam esta pesquisa foi feito pela internet. Em meio a essas buscas, deparamo-nos com dois sites⁵ que evidenciam a Socioeducação no Paraná, bem como as ações e projetos que são realizados nos Centros de Socioeducação (CENSEs) do estado.

Como forma de síntese, o Quadro 2 reúne os documentos que foram localizados, em meio ao acontecimento pandêmico, organizados cronologicamente.

Quadro 2 - Relação de documentos estaduais localizados (2021)

Características do documento	Tipo de documento	Responsável	Data
Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.	Decreto 4.230/2020	Governo do Paraná	16 de março de 2020.
Orientações gerais sobre a pandemia de Covid-19.	Orientações	DEASE	18 de março de 2020.
Medidas e providências como plano de contingência de prevenção ao contágio pelo vírus Covid-19 nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná.	Portaria nº01/2020	DEASE/SEJUF	18 de março de 2020.
Disposições gerais do decreto estadual 4.230/2020.	Resolução nº75/2020	Secretária de Estado da Justiça, família e Trabalho.	18 de março de 2020.
Recomendação conjunta sobre as ações que deverão ser tomadas.	Recomendação	Tribunal da Justiça do Paraná	19 de março de 2020.
Medidas e providências como plano de contingência de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus Covid-19 nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná, em decorrência das medidas instituídas e adotadas pela Portaria 01/2020.	Portaria nº02/2020	DEASE/SEJUF	06 de maio de 2020.

⁵ Para acompanhar a divulgação de informações e reportagens das Unidades Socioeducativas do estado do Paraná, recorremos, durante o período de setembro de 2019 a dezembro de 2021, aos seguintes sites: crianca.mppr.mp.br e justica.pr.gov.br.

Alteração da Portaria nº 02/2020	Portaria nº03/2020	DEASE/SEJUF	21 de maio de 2020.
Ordenamento da retomada progressiva das atividades que foram suspensas durante a pandemia.	Portaria nº07/2021	DEASE/SEJUF	13 de outubro de 2021.

Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Após indicar os documentos utilizados nesta pesquisa, a seguir, discorreremos sobre a metodologia da análise de conjuntura.

2.3 ELEMENTOS DA ANÁLISE DE CONJUNTURA

Considerando o processo analítico dos levantamentos bibliográficos e documentais desta pesquisa, e considerando o período singular da história, é necessário entender alguns acontecimentos no tempo e no espaço da sociedade e em sua organização social, política e econômica. Para tanto, recorreremos à análise de conjuntura, utilizando como referencial teórico as concepções de Souza (2014), que a conceitua a mesma como “[...] uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse.” (SOUZA, 2014, p. 8).

É relevante explicitar o porquê escolhemos a análise de conjuntura como recurso analítico desta pesquisa. Ao falarmos sobre a análise de conjuntura, é necessário entender que a realizamos todos os dias, em diversos momentos da nossa rotina; mesmo sem perceber estamos sempre observando e analisando o que está em nossa volta. Estamos sempre buscando informações e avaliando as possibilidades para tomar decisões. Portanto, a análise acontece a partir de um conjunto de informações, considerando-se os elementos sociais, políticos, econômicos e culturais, porém, neste estudo, é utilizada de uma maneira mais formal, em uma pesquisa científica (SOUZA, 2014).

Segundo as concepções de Souza (2014), a nossa vida toda é repleta de análises, uma vez que avaliamos a nossa própria rotina e os acontecimentos durante a vida. Ademais, tomamos decisões a partir da análise que fazemos a partir de informações recebidas, sempre prevendo e avaliando as possibilidades do que

pode acontecer de bom ou ruim. Sendo assim, não é possível desenvolver uma análise de conjuntura neutra, uma vez que ela sempre estará vinculada a uma determinada visão de mundo e de sociedade.

Partimos do processo de análise da conjuntura para analisar os documentos selecionados, sobretudo no que diz respeito à leitura social e à reflexão sobre o cárcere em um contexto de pandemia perante a visão do Estado e da sociedade. Sendo assim, é necessário estipular como se definiram as categorias analíticas na pesquisa. De acordo com Souza (2014), “Para se fazer análise de conjuntura são necessárias algumas ferramentas próprias para isso, as categorias: acontecimentos, cenários, atores, relações de forças e articulação entre estrutura e conjuntura” (SOUZA, 2014, p. 9). O autor compara essas categorias a representações da vida humana. A partir das categorias analíticas, refletimos sobre a complexidade do contexto investigado.

De acordo com as considerações apresentadas até aqui, evidenciamos a seguir um quadro conjuntural da pandemia da covid-19 no Brasil e os seus reflexos no cenário do país e, de modo específico, no cenário socioeducativo do estado do Paraná. É importante enfatizar que os dados relacionados aos números de mortes infelizmente crescem todos os dias no mundo e em nosso país. A última atualização dessas informações neste estudo foi feita no dia 28 de janeiro de 2022, por meio do site *Our world in data*⁶, o qual disponibiliza estatísticas atualizadas da pandemia em todo o mundo.

A partir da leitura dos documentos localizados e como forma de sistematizar as categorias de análise, o Quadro 3 apresenta a leitura do nosso objeto de estudo.

Quadro 3 - Elementos da conjuntura e sua aplicação ao objeto, conforme Souza (2014)

Categorias de análise	Análise
Acontecimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Pandemia da Covid; • 5.640.000 mil mortos no mundo; • 625.000 mil mortes contabilizadas no Brasil;
Cenários	<ul style="list-style-type: none"> • Capitalismo; • Brasil;

⁶ Disponível em: <https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer>. Acesso em: 28 jan. 2022.

	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto de violência; • Pesquisas científicas para descoberta da vacina; • Hospitais lotados, com falta de respiradores e insumos para os atendimentos; • Estados brasileiros em colapso pela quantidade de casos graves da doença, os quais demandam leitos de Unidade de Tratamento Intensivo e enfermaria; • Isolamento social para a contenção do vírus; • Desemprego e diminuição na renda de milhões de brasileiros. • O isolamento no cárcere: os CENSES paranaenses restringem o acesso às unidades e passam a tomar medidas de prevenção e contenção na circulação do vírus; • Socioeducação;
Atores	<ul style="list-style-type: none"> • Governo negacionista; • Políticos; • Médicos, enfermeiros, técnicos de saúde e outros; • Cientistas e pesquisadores; • Burguesia e empresários; • Sociedade civil; • As mídias sociais e meios de comunicação; • Adolescentes reclusos nos CENSES;
Relação de forças	<ul style="list-style-type: none"> • Conflito de interesses entre a direita e esquerda; • Conflitos entre município, estado e federação; • Confronto entre o negacionismo e a ciência; • Relações de conflito entre o Estado e os grupos sociais; • Luta da ciência para a adesão da vacinação; • Embate da sociedade em fornecer a vacina, para aqueles que se encontram em cárcere, como um grupo prioritário no início da vacinação; • Controle e influência da informação nas mídias sociais e nos meios de comunicação;
Articulação entre estrutura e conjuntura	<ul style="list-style-type: none"> • Desestruturação da ciência: os interesses partidários sobressaem a saúde pública da população; • Resistência do Estado para reconhecer a seriedade da doença no período pandêmico; • Estado pressionado pelas forças populares e a mídia para desenvolver a operacionalização do plano de vacinação da população;

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao destacarmos o acontecimento pandêmico, é necessário entender como esse contexto iniciou, isto é, em uma conjuntura social e política marcada por atores e que gerou cenários terríveis na sociedade global. De acordo com o site do Ministério da Saúde (MS)⁷, em dezembro de 2019, começaram a surgir os primeiros casos em Wuhan, na China, de pessoas acometidas por uma pneumonia de causa desconhecida. Passados alguns dias, descobriu-se que a enfermidade era causada pelo vírus SARS-CoV-2, popularmente conhecido como Coronavírus.

⁷ Informação extraída do site do Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>.

No site do MS, há uma conceituação da doença:

A covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo o homem, camelos, gado, gatos e morcegos. Poucos meses depois, o vírus começou a circular em território brasileiro, assim como no mundo todo. (BRASIL, 2020).

A conjuntura pandêmica trouxe uma nova realidade à vida da população humana. A utilização de máscaras faciais, que cobrissem a boca e o nariz, passou a ser uma das principais alternativas de proteção individual e coletiva contra a nova doença. O estado do Paraná instituiu em suas atribuições a Lei Estadual nº 20.189, de 28 de abril de 2020 (PARANÁ, 2020c), a qual obriga a utilização de máscaras para proteção em decorrência da covid-19. A situação de calamidade passou a ser vivenciada, o medo de sair às ruas, as máscaras e as mortes evidenciavam as consequências da pandemia. Por outro lado, uma parcela da sociedade ainda acreditava em informações equivocadas e desconsideravam as evidências científicas, desprezando, por exemplo, a utilização da máscara e o próprio isolamento social.

Essa situação foi retratada por um adolescente que cumpre medida socioeducativa. Na Figura 1, observamos um desenho que ele fez, representando muito bem o cenário do país em meio à pandemia. O sujeito retratado na imagem aparenta estar com um olhar assustado e triste. Notamos, ainda, a importância da utilização da máscara para a proteção, visto que o ambiente ao redor está contaminado. A imagem foi retirada do e-book *Socioeducação do Paraná na pandemia: desafios e legados* (CARVALHO *et al.*, 2021).

Figura 1 - Desenho feito por adolescente em medida socioeducativa



Fonte: Carvalho *et al.* (2021, p. 21).

Nesse contexto, destacamos como uma das categorias analíticas o cenário caótico do país e suas consequências, em meio ao acontecimento. Enfatizamos o cenário do cárcere, que é um ambiente de isolamento cercado de estigmas e preconceitos. Souza (2014) exemplifica o conceito de cenário a partir das “[...] ações de trama social e política que se desenvolvem em determinados espaços que podem ser considerados como cenários.” (SOUZA, 2014, p. 11). Cada ambiente caracterizado como cenário apresenta as suas próprias particularidades, as quais acabam influenciando o desenvolvimento da luta social; trata-se, desse modo, de um espaço em que as ações de trama social e política ocorrem (SOUZA, 2014).

Para integrar as categorias de análises, ressaltamos como outra categoria de análise os atores da nossa pesquisa, os quais interpretam importantes papéis na conjuntura. São considerados atores sociais os sujeitos que representam algo para a sociedade e a sua organização (SOUZA, 2014). Essa concepção não se limita a pessoas e a grupos sociais, mas instituições também podem ser consideradas atores importantes em meio às tramas sociais. Souza (2014) define ator como “[...] alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações” (SOUZA, 2014, p. 12).

As relações de forças são constantemente modificadas, dependendo dos interesses entre as próprias relações dos atores e cenários. Essa categoria demonstra de fato como são as relações de força, que podem ser de confronto, de cooperação ou de coexistência. Tais conexões revelam o domínio, a igualdade ou a subordinação entre as relações humanas, gerando conflitos ou contribuições uns com os outros (SOUZA, 2014).

Para analisar todo o contexto social, é oportuno considerar as conexões com as condições locais, regionais, nacionais e internacionais. No andamento da sociedade, as condições e os acontecimentos não têm uma lógica previamente estabelecida, tão pouco pressentível. Assim sendo, a análise de conjuntura deve estar sempre disponível a novas descobertas, perspectivas e possibilidades. A investigação dessa realidade deve ser realizada com reflexões sobre essas categorias em relação com os conflitos econômicos, políticos e sociais.

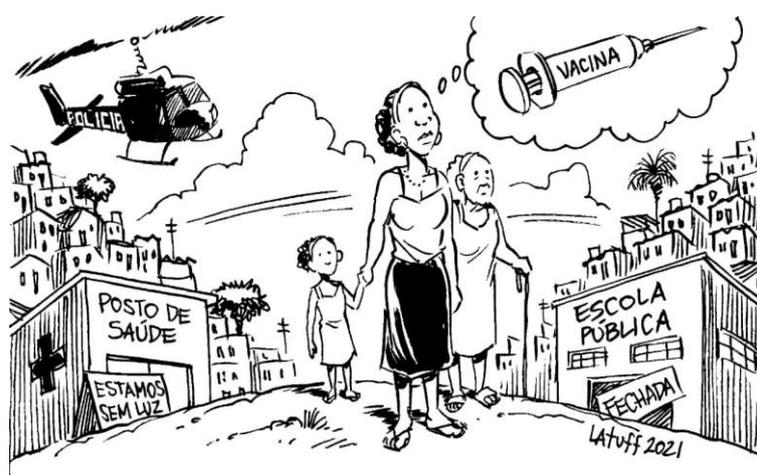
Quando analisamos a articulação entre a estrutura e a conjuntura, é necessário entender que nenhuma ação desenvolvida pelos atores sociais acontece do nada, eles, na realidade, já têm relações com o passado, seja com questões econômicas e políticas, que foram construídas por um processo longo da história (SOUZA, 2014). Na conjuntura atual, vivenciamos o confronto entre a ciência e o negacionismo, algo que não acontece do nada. A ausência da valorização da sociedade com relação à ciência escancarou uma realidade estrutural marcada pela ausência de políticas públicas e educacionais as quais poderiam tornar o conhecimento científico acessível a todos.

A pandemia também evidenciou a negligência com uma parcela da população brasileira, aqueles para quem a pandemia era só mais uma adversidade entre as tantas outras que já os acometem: a miséria, a fome, a falta de saneamento básico, moradias inadequadas, falta de acesso à saúde e à educação pública, a violência e a repressão da própria força da segurança pública. Em meio a um acontecimento pandêmico, esses problemas foram acentuados; as políticas públicas agora passaram a ser mínimas. Em um cenário de caos, a esperança de dias melhores passou a ser depositada no ideal de vacinação.

As charges não são o nosso objeto de análise, entretanto, ajudam a explicar o cenário vivenciado de forma cômica e irônica. Na charge a seguir, observamos

que as políticas públicas já estavam precárias antes da pandemia, o que fez com que o acontecimento pandêmico se tornasse ainda mais grave em função dos problemas sociais já existentes. A escola pública está fechada, provavelmente com uma estrutura já precária. O helicóptero da polícia representa a violência constante em nossa sociedade. O posto de saúde, no momento em que deveria estar preparado para receber pacientes, não disponibilizava nem o básico do aparato estrutural.

Figura 2 - Charge solidária



Fonte: Lattuf (2021).

A vacinação no Brasil iniciou no dia 17 de janeiro de 2021, e a esperança de dias melhores passou a ser o início de uma nova realidade. Mesmo com as evidências da gravidade da pandemia, infelizmente, uma parcela da população renega a própria solução (a vacina), e a leitura social é feita, por uma parte da população de uma forma equivocada. O medo da ausência da criticidade, por vezes, assusta mais que o medo da doença. A estrutura já estabelecida ao longo dos anos, de alguma maneira, interferiu nesse cenário pavoroso. As notícias falsas interferem na adesão à vacinação; de um lado, a ciência é aplaudida, de outro, rejeitada e descredibilizada.

Em uma sociedade todos sentem os efeitos da pandemia. No cárcere, esse acontecimento intensificou ainda mais o isolamento, uma vez que, como medida de precaução e de contenção do vírus, os familiares foram impedidos de realizar visitas presenciais nas unidades no estado do Paraná. O contato com os familiares

poderia ser realizado somente por meio de videochamadas. A população, de uma forma geral, tem conhecimento do cárcere e dos detalhes do ambiente de reclusão sabem que se trata de um espaço extremamente fechado, com pouca circulação de ar e lotado. Mesmo com essas características que deixam os sujeitos reclusos em risco, muitos cidadãos se mostraram contrários com a ideia de que aqueles em ambientes de reclusão fossem considerados grupo prioritário de vacinação. Uma relação de estigmas e preconceitos contra esse espaço já foi constituída ao longo dos anos, mas, durante a pandemia, mostrou-se ainda mais presente.

O método de análise escolhido para esta pesquisa compreende um contexto de forma abrangente, em que o pesquisador precisa ter um vínculo com o objeto, para conseguir retirar dele suas variadas determinações. Em outras palavras, o pesquisador está em uma relação de comprometimento com o objeto; em nosso caso, estamos o vivenciando (NETTO, 2011).

Definida a parte metodológica da pesquisa, a seção a seguir centra-se no tema da leitura.

3 A LEITURA SOCIAL COMO UM INSTRUMENTO DE LIBERTAÇÃO

Nesta seção, demarcamos a leitura e o seu papel social. Para fundamentar as reflexões, recorreremos a autores como Freire (1982, 2001, 2005), Silva (1986, 1997, 2009, 2011), Pereira (2015) e Winchuar (2020), os quais apresentam considerações a respeito da leitura crítica como um elemento de emancipação para combater o desconhecimento e a alienação na conjuntura atual.

Ao longo deste capítulo, não vamos abordar a leitura em seu sentido escolar, mas em uma perspectiva social e reflexiva, sendo o ato de ler um instrumento de libertação diante de uma sociedade alienada e autoritária.

A partir das considerações de Freire, entendemos que as nossas vivências antecedem à leitura da palavra. Dito de outro modo, mesmo antes de aprendermos a ler (no sentido de decodificar letras e sons), somos expostos a diversas experiências, desde a infância, o que nos permite ler e interpretar o mundo e os acontecimentos ao nosso redor. Isso é assim expresso por Freire (1982): “[...] re-crio e re-vivo, no texto que escrevo, a experiência vivida no momento em que ainda não lia a palavra.” (FREIRE, 1982, p. 12). O termo “leitura” utilizado neste estudo, portanto, refere-se a uma concepção de leitura crítica, social e libertadora.

Essa perspectiva de leitura se vincula à metodologia da análise de conjuntura, partindo da visão dos atores sociais sobre a sociedade e o Estado, desde a leitura crítica. Como estratégia de análise ou de leitura, realizamos buscas nos referenciais teóricos que tratam das medidas socioeducativas no estado do Paraná. Discutimos alguns aspectos do acontecimento pandêmico, investigando a capacidade da criticidade da população brasileira, bem como o papel da leitura como um instrumento de transformação social na conjuntura atual.

3.1 UMA CONCEPÇÃO DE LEITURA SOCIAL

Ao escrever esta subseção destinada à leitura, lembrei-me⁸ da minha infância, em um período antes de conhecer as letras e as palavras. Reconheço-me a partir das experiências que vivi, nos momentos de brincadeiras e descobertas por meio do chão de terra bruta, com os diversos recipientes reutilizados, os quais antes armazenavam alimentos e depois eram usados nas brincadeiras com a natureza: terra, água, folhas e pedras. Nesses momentos, estava rodeada de cachorros e amigos e, juntos, explorávamos a nossa própria existência, realizávamos a nossa leitura da vida. Hoje, no texto escrito, como autora e leitora, carrego essas experiências e muitas outras bagagens que constituem a minha interpretação da vida e da palavra.

Ao realizar uma busca da palavra *leitura* no dicionário, encontramos a definição de que leitura é “ação de ler⁹. Essa acepção nos faz pensar que o ato de ler ultrapassa a noção popular de leitura, que seria a decifração de símbolos escritos. O ato ou a ação de ler se estende ao sentido da vida, às vivências e às experiências em sociedade, como argumenta Freire (1982).

Diante de considerações que nos fazem refletir sobre a constituição do sujeito leitor social ainda na infância, a criança, antes de ler a palavra, aprende a ler a vida no seu cotidiano, nos momentos em que se encontra na presença das pessoas do seu convívio, nos mais variados ambientes, ou desbravando diferentes descobertas, desenvolvendo ainda mais a sua curiosidade pelo gosto do saber e do aprender (FREIRE, 1982).

No caso desta pesquisa, os atores são os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas nos CENSEs, assim como o Estado e a sociedade. Os adolescentes, ao ingressarem nesses locais, já carregam consigo uma leitura particular do seu próprio mundo, a partir de suas vivências e experiências. A leitura

⁸ Nesse trecho e em outros momentos, utilizo a primeira pessoa do singular por se tratar de experiências e memórias particulares da pesquisadora.

⁹ Informação extraída do site Dicio. Com.br (Dicionário Online Português). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/leitura/#:~:text=Significado%20de%20Leitura,escrito%3A%20sua%20leitura%20foi%20perfeita>. Acesso em: 20 mar. 2021.

de mundo desses sujeitos foi construída a partir de determinantes sociais, políticos, culturais e do acontecimento pandêmico. Todos esses elementos influenciam a maneira como esses jovens leem as pessoas, a sociedade e o mundo. Talvez o modo como leem o mundo contribui para que estejam em internamento, além de influenciar a leitura que o Estado e a sociedade fazem desses adolescentes.

A leitura social, desse modo, pode ser encarada em uma perspectiva interacionista, isto é, que ocorre por meio de interações, de diálogos, de questionamentos dentro da própria relação com a vida, fatores que pode contribuir com novos posicionamentos perante a sociedade por parte do leitor. Nessa concepção de leitura, de acordo com Menegassi e Angelo (2010), “[...] o significado não está nem no texto nem na mente do leitor; o significado torna-se acessível mediante o processo de interação entre leitor e texto, produzindo-se, assim, um processo de interação.” (MENEGASSI; ANGELO, 2010, p. 25). Assim, cada leitura se torna única, mesmo que vivamos em um mesmo cenário da conjuntura, haja vista que as compreensões são diferentes porque os sujeitos e suas vivências são diferentes.

O ato de ler surge antes mesmo de alguém conhecer os códigos e se dá a partir das próprias vivências e experiências, que permitem que se construa um sujeito que carrega consigo as suas compreensões de tudo o que está a sua volta.

De acordo com Freire (1982), “A leitura de mundo precede a leitura da palavra.” (FREIRE, 1982, p. 11). O sujeito se torna um leitor ao conviver em uma sociedade, interagindo socialmente, assimilando e compreendendo informações, formando-se como cidadão e se reconstruindo quando necessário. O autor brasileiro nos faz compreender que, em nossa sociedade, a leitura de mundo se torna crucial para entender a leitura da palavra. Ao falar sobre a relação da leitura social a partir da nossa realidade, para chegarmos à leitura crítica, precisamos compreender as “[...] relações entre o texto e o contexto [...]” (FREIRE, 1982, p. 12). Cada leitor carrega consigo o seu próprio ato de ler, concepções, valores, ideologias advindas de seu contexto e de sua bagagem histórica e cultural. Isso faz com que cada leitor seja único e que a mesma palavra seja compreendida de diferentes formas por cada leitor, haja vistas as particularidades de cada sujeito.

Outro aspecto importante da leitura é que ela tem poder e é uma ferramenta essencial para compreendermos a realidade da organização e da vida em sociedade. De acordo com Silva (1986), “Mais especificamente, a leitura reveladora da palavra e do mundo se constitui em mais um instrumento de combate à ignorância e a alienação, como calculadas e impostas pelo regime dominante.” (SILVA, 1976, p. 17). Quando vinculamos essa reflexão à realidade dos atores principais da nossa pesquisa (adolescentes que cumprem medidas socioeducacionais), notamos as incoerências de uma conjuntura marcada pela desigualdade social. A necessidade de sobreviver, em meio a tantas adversidades, por vezes se sobressai à demanda da reflexão da própria vida e do contexto social vivenciado.

Nesse sentido, partindo da concepção de Silva (1986), entendemos a leitura social como uma importante ferramenta para combater a alienação que presenciamos em nossa atual conjuntura. Um sujeito reflexivo é capaz de identificar as especificidades do cenário político, econômico, social e cultural do país e se posicionar de maneira crítica. No atual cenário pandêmico, questões ideológicas ou a ausência da criticidade da população tem feito com que o desconhecimento e as notícias falsas se sobressaiam na sociedade e sejam divulgadas constantemente nos meios sociais. O desconhecimento se tornou perigoso, e a leitura social demonstrou-se fundamental para combater a ignorância.

A leitura, desse modo, é tanto libertadora como um direito social, como defende Silva

Temos que considerar ainda que estamos vivendo numa sociedade letrada. Isto quer dizer que os veículos escritos são necessariamente a própria sobrevivência e atualização dos homens neste tipo de sociedade. E as etapas evolutivas da civilização garantem à sociedade a condição ou categoria de “letrada”, isto quer dizer a formação de leitores se coloca como uma responsabilidade do estado. Assim, “ler” é um direito de todos os cidadãos; direito este que decorre das próprias formas pelas quais os homens se comunicam nas sociedades letradas. (SILVA, 1986, p. 50).

Oportunizar essa leitura libertadora não está presente nos interesses do Estado, tendo em vista que não é do seu proveito promover uma sociedade letrada

criticamente. Neste ponto, cabe uma indagação: como falar em uma perspectiva de leitura libertadora, quando vivenciamos uma existência escolar e social marcada por um padrão de alienação que nos é imposta, e não uma proposta a partir de uma real reflexão? Segundo as concepções de Silva (2009), “[...] a escrita, como qualquer outro meio de comunicação numa sociedade dividida em classes, pode servir a propósitos de alienação ou de emancipação/libertação” (SILVA, 2009, p. 26).

A decifração da palavra precisa fluir naturalmente a partir da concepção da leitura do mundo particular de cada sujeito, já que a sua percepção da vida influi na sua leitura social, como defende Freire (1982). Assim, é fundamental que se aborde mais a concepção de leitura social, em todos os lugares e para todas as idades. Em outras palavras, o contato com um texto deve se sobressair às palavras, afinal, é nesse momento que o sujeito transporta para o seu objeto de leitura suas experiências, concepções, ideologias, princípios e vivências pessoais. Cada leitura da palavra, no seu sentido social, é algo único e modificado de acordo com a percepção de cada sujeito. Menegassi e Angelo (2010) explicam que,

[...] ao ler, o sujeito-leitor constrói um “outro texto”, produto de sua história de vida, de seu repertório de experiências, dos seus conhecimentos, sempre a partir da interação com o texto, conseqüentemente, com o autor do texto que sempre apresenta no discurso efetivado no material lingüístico. (MENEGASSI; ANGELO, 2010, p. 32).

Partindo dessas considerações, compreendemos que o leitor não pode ser caracterizado como um sujeito solitário, pois o ato de ler não é algo que afetará somente a si mesmo, haja vista que esse sujeito está inserido na sociedade e faz parte de um ou mais grupos sociais. Os seus conhecimentos e entendimentos contribuem para a formação do contexto social e político em que se está inserido. Embora a leitura social de cada sujeito seja particular, as suas concepções se refletem na sociedade como um todo.

Nessa perspectiva, Winchuar (2020) assevera que “A leitura assume um papel político e social, pois ao aprender a ler o mundo e o lugar que ocupamos nele, passamos a lutar por nossos direitos, contra as desigualdades, as injustiças,

bem como a ver o quanto a vida nos ensina.” (WINCHUAR, 2020, p. 97). Assim, a leitura crítica constitui-se em uma ferramenta central para ampliar a visão dos sujeitos no tocante à conjuntura que vivemos, destacando o contexto do acontecimento pandêmico, um período em que notamos ainda mais a falta de criticidade com relação aos fatos materializados na vida da população brasileira. A ação de ler a palavra projetada no contexto em que se vive deve ser vista como um posicionamento público e social para um bem maior, como podemos ler nas palavras de Silva, (2009):

Numa sociedade como a nossa, onde se assiste à barbárie, a presença de leitores críticos é uma necessidade imediata, de modo que os processos de leitura e os processos de ensino de leitura possam estar diretamente vinculados a um projeto de transformação social. (SILVA, 2009, p. 14).

Imaginar uma sociedade “ideal” nos faz idealizar uma população que seja capaz de compreender os seus próprios direitos, de entender o seu poder perante as esferas políticas e sociais, assim como a importância de ressocializar o sujeito que se encontra no cárcere, para que retorne à sociedade de forma apropriada para o convívio social. Todavia, ter esse modelo de sociedade não é do interesse daqueles que detêm o poder (o Estado, os políticos, o empresariado), pois, a partir do momento que a leitura social dos sujeitos for uma realidade, o enfrentamento à ignorância e à opressão também será. De acordo com Silva, (2009), “Vale lembrar que a criticidade como um emblema da cidadania e um valor atitudinal, é trabalhada ideologicamente por aqueles que detêm o poder econômico e político [...] escravização de consciência.” (SILVA, 2009, p. 25).

Concordamos com Silva, (2009) de que o ato de ler o mundo como cidadão deveria ser algo enraizado em nossas origens, desde a infância, mas um modelo de Estado capitalista, que está interessado em uma mão de obra barata, com uma carga de trabalho extensa, com condições desfavoráveis, limita o nosso tempo para pensar, dialogar e refletir. Entretanto, a reflexão deu lugar à obediência e à alienação, mesmo que de forma inconsciente. De acordo com Silva, (2009), “[...] cumpre lembrar que a cidadania e a criticidade são termos indicotomizáveis, a

menos que o primeiro termo seja pensado ao estilo burguês, como sinônimo de obediência e docilidade quanto à forma prevalecente de organização das relações sociais.” (SILVA, 2009, p. 28). As estruturas de dominação não são questionadas, até porque muitos nem as identificam. Não é de admirar que a leitura crítica no Brasil ainda seja bem limitada, algo que se acentuou durante a pandemia.

Mas esse quadro piora. Quando pensamos na realidade dos adolescentes, essa ausência da compreensão da criticidade e da consciência de classe são elementos que ajudam a contribuir para a criminalidade. Na compreensão de Mocelin (2016), vivemos em uma sociedade individualista, com uma incessante busca por bens materiais, tanto que presenciamos todos os dias, nos diversos meios de comunicação, uma profusão de propagandas consumistas que impelem as pessoas a comprar. Essas questões geram uma distribuição de renda desigual e contribuem, desse modo, para uma desigualdade social excludente.

Após conceituarmos a concepção de leitura defendida neste estudo, na subseção a seguir, destacamos as perspectivas da leitura crítica a partir do cenário da conjuntura.

3.2 SOCIEDADE, ESTADO E LEITURA: PERSPECTIVAS E REFLEXÕES

A cenário brasileiro, está caracterizado como uma sociedade capitalista, organizada por meio da divisão de classes sociais (MARX, 2010). Essa forma de organização estabelece o controle e uma disputa entre as camadas sociais, causando uma limitação que foi estabelecida historicamente de maneira ideológica e social. Ao longo do tempo, fez-se com que todos acreditassem que o trabalho explorado é necessário para o bem do Estado e de todos e que a única maneira de acumular bens é trabalhando incansavelmente. Para Marx, no entanto, “[...] essa limitação essencial não é gratuita e nem pode ser debitada ao sujeito individual. Ela é conatural, ao ponto de vista de uma classe cujo horizonte também é necessariamente limitado.” (MARX, 2010, p.16).

O Estado é integrado à sociedade, visto que só adquire significado quando situado nas relações sociais existentes. Essa parceria causa uma estranha

contradição, uma vez que é impossível servir à propriedade privada e às classes sociais, satisfazendo igualmente a todos, como ressalta Engels (2010): “Cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido por uma classe é um novo elemento de opressão para outra” (ENGELS, 2010, p. 215).

Esse cenário de opressão, mencionado pelo autor, é acompanhado geralmente de violência, como é o caso do Brasil. De acordo com Moreira e Almeida (2021), o nosso país é um dos mais violentos do mundo, encontrando-se na 13ª colocação do ranking mundial de homicídios. O *Atlas da Violência 2019* (BRASIL, 2019a) comprova essa afirmação. Os autores supracitados mencionam alguns dos dados desse documento:

[...] o Brasil atingiu em 2017 a marca de 65.602 homicídios, equivalente a uma taxa de 31,6 mortes para cada cem mil habitantes, tratando-se do maior nível histórico de violência letal intencional no país, e no mesmo ano alcançou a marca de 726.354 pessoas privadas de liberdade. (MOREIRA; ALMEIDA, 2021 p. 49).

Essa desigualdade social não surgiu agora na sociedade, mas está presente no país desde a colonização, resultando em sujeitos desprovidos de riqueza e marginalizados, com poucas condições de estudo e de perspectivas de vida. Embora o Brasil seja um país democrático e assegure, por lei todos, que os cidadãos têm os mesmos direitos, na prática, isso não ocorre de forma equitativa. Alguns sujeitos não têm nem acesso a direitos básicos como saúde, segurança, educação e lazer, e por vezes não são capazes nem mesmo de conhecer os próprios direitos para cobrá-los das autoridades competentes (MOREIRA; ALMEIDA, 2021).

A partir dessas constatações, entendemos o papel fundamental da leitura social, uma vez que o ato de ler está diretamente vinculado à vida de todos os sujeitos, sendo uma ferramenta para a libertação da exploração e da alienação de todo o contexto social. Conforme argumenta Silva, (1997),

[...] tais necessidades revelam que o problema da leitura não se desvincula de outros problemas enraizados na estrutura social: é praticamente

impossível discutir as vivências ou carências da leitura de um indivíduo em situá-lo dentro das contradições presentes na sociedade onde ele vive. (SILVA, 1997, p. 47).

Ao pensarmos na leitura crítica, devemos nos questionar como alcançá-la em nossa sociedade. Para que o sujeito adquira as competências da criticidade, alguém (a família, a escola, a sociedade) precisa ensiná-las, incentivando e dinamizando ações de reflexões diante de materiais escritos e experiências ao longo da vida (SILVA, 2009). Isso nos leva a outro questionamento, se ensinar as competências da criticidade seria possível de ser materializado diariamente nas instituições de ensino ou nas famílias, no atual cenário em que o país vive, em meio ao acontecimento de uma pandemia, que ceifou a vida de muitos e fez que, por um período considerável, as aulas presenciais em escolas públicas e particulares fossem suspensas.

Antes mesmo dos efeitos da pandemia, o país já amargava altos índices de analfabetismo. De acordo com os dados apresentados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Brasil, em 2019, contava com cerca de 11 milhões de analfabetos (BRASIL, 2019b). Esses dados se referem a cidadãos de 15 anos ou mais que, segundo os critérios de análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não são capazes de ler e escrever um simples bilhete. São 11 milhões de cidadãos que não tiveram acesso ao ensino formal, algo descrito em lei como um direito de todos, mas que, na realidade, infelizmente, não é uma oportunidade para todos. Para Silva, (2005),

O analfabeto (o não leitor da palavra escrita devido às injustiças presentes na sociedade e a não democratização do fator educacional), é como que forçado a permanecer no mundo da oralidade. Assim dizer que uma pessoa não lê por falta de vontade é perder de vista a estrutura da sociedade na qual todos nós estamos inseridos. (SILVA, 2005, p. 47-48).

Partimos, desse modo, do pressuposto que o hábito da leitura pode oportunizar diversos benefícios essenciais para desenvolvimento humano. Por meio dos registros escritos, tornamo-nos mais reflexivos, conhecemos novas culturas, ampliamos o nosso vocabulário, buscamos diversas informações, passamos a descobrir novas coisas e ampliar os nossos conhecimentos em

diversas áreas (WINCHUAR, 2020). E quando ampliamos a leitura, no contexto dos jovens e da socioeducação, verificamos que essa prática pode ainda ser mais produtiva, pois colabora com a reinserção desse jovem na sociedade.

A leitura ultrapassa o sentido escolar que lhe é dada muitas vezes; é preciso discuti-la mais em seu sentido humanizador e libertador. Ao observar a conjuntura em que vivemos, uma sociedade hostil e corrompida, em um momento pandêmico de tantas perdas, questionamo-nos sobre a realidade e a leitura social de cada sujeito. Os adolescentes, atores deste estudo, carregam a sua própria leitura de mundo, a partir das suas experiências. Leem o desemprego familiar, a falta de alimentação adequada, a ausência de um sistema de saúde adequado, o contexto violento em que se encontram e as políticas públicas ineficazes. A partir dessa reflexão, qual a leitura de mundo que eles podem fazer da própria realidade para adentrar à criminalidade? Para Silva (2005, p.8), “[...] nunca é demais enfatizar que a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos.”

Freire (1982) discorre a respeito da leitura crítica da própria realidade, como algo essencial para se combater a hegemonia da classe dominante, o que contribui para a superação do cenário desigual em que se encontramos. Para o educador brasileiro,

Esta “leitura” mais crítica da “leitura” anterior menos crítica do mundo possibilitava aos grupos populares, às vezes em posição fatalista em face das injustiças, uma compreensão diferente da sua indigência. É neste sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não é associada sobretudo a certas práticas claramente políticas de mobilização e de organização, pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica. (FREIRE, 1982, p. 23-24).

Como afirmou o autor, a leitura é capaz de proporcionar reflexão ao sujeito que se encontra em qualquer contexto da sociedade. No caso dos jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas, essa leitura social se torna ainda mais essencial, uma vez que os auxiliam a compreender a realidade da vida, bem como a organização da sociedade em suas diferentes esferas políticas e sociais. Para esses sujeitos, uma nova visão do seu próprio contexto contribui para a sua ressocialização, levando-os a refletirem acerca das escolhas que fizeram e quais

as metas podem ainda ser traçadas ao longo de suas vidas. O jovem que cria o hábito de ler, de acordo com Freire (2005), passa a interpretar a sociedade de forma mais crítica, buscando entender por que ela é assim e o que pode ser feito para transformá-la.

À medida que entendemos a organização do Estado, da sociedade e da educação, não podemos assumir uma posição neutra perante a nossa própria realidade. Só seremos capazes de entender e buscar uma real transformação nesse modelo de organização social quando nos tornarmos sujeitos participativos da sociedade, participação essa que seja capaz de apresentar perspectivas, reflexões e diálogos.

Em nossa conjuntura, notamos que não há muitos espaços para debater assuntos pertinentes, haja vista que as pessoas, a mídia e próprio governo reprimem o direito de pensar e de protestar. Para se apropriar de uma leitura social, como um instrumento de libertação, a neutralidade deve ser desconsiderada e extinta em todos os contextos, inclusive na educação e no desenvolvimento pessoal e social do cidadão. Freire (1992) assim se posicionou sobre o assunto:

O mito da neutralidade da educação, que leva à negação da natureza política do processo educativo e a tomá-lo como um quefazer puro, em que nos engajamos a serviço da humanidade entendida como uma abstração, é o ponto de partida para compreendermos as diferenças fundamentais entre uma prática ingênua, uma prática “astuta” e outra crítica. (FREIRE, 1982, p. 26).

O educador brasileiro enfatizou a relevância do ato de estudar a palavra, em uma perspectiva que ultrapassa o texto (mais do que a mera decodificação dos sinais gráficos da escrita), percebendo o condicionamento histórico e sociológico do conhecimento descrito, buscando ler criticamente o conteúdo presente nos diversos textos com os quais temos contatos e associando-os à própria realidade vivenciada do leitor e da sociedade de forma geral. “Desta maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se ao texto, renunciando assim atitude crítica em face dela.” (FREIRE, 2001, p. 10-11).

A partir dessas reflexões, passamos neste momento a analisar a falta da leitura social, no contexto pandêmico brasileiro, marcado pela luta da sobrevivência em diferentes âmbitos (saúde e miséria), em meio ao atual período caótico, inconsistente e desigual. Como já destacamos anteriormente, desde o início da pandemia da Covid-19, o desemprego, a miséria e a desigualdade social se agravaram ainda mais e, além desses problemas, a falta de criticidade gerou o que denominamos de pandemia da desinformação e da alienação.

Em um período de isolamento, as principais formas de comunicação passaram nas redes sociais, por meio da utilização da internet. Entretanto, um espaço que poderia contribuir para o contato e troca de informações passou a ser um espaço turbulento e duvidoso devido às *fake news* (notícias falsas). De acordo com Teixeira (2018), a expressão *fake news* começou a ser utilizada no século XIX, para substituir o termo *false news*, com a intenção de representar as notícias que eram fabricadas de forma duvidosa e disseminadas pelos meios de comunicação em massa como verdades absolutas. Entendemos, então, segundo Teixeira (2018), “[...] que as Fake News devem ser compreendidas como “informação falsa”, geralmente sensacionalista, que se espalha disfarçada de notícia jornalística” (TEIXEIRA, 2018, p. 21). O autor faz referência à abrangência em que as notícias falsas podem se espalhar de forma inconstante nos meios de comunicação virtuais, de tal modo iremos utilizar como exemplo as redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter e WhatsApp*).

Outro fator alarmante que piora o quadro refere-se ao fato de as redes sociais serem de fácil acesso. Com um dispositivo móvel (celular, smartphone) e acesso à internet, de forma instantânea, é possível receber informações e notícias de diversos lugares, mas nem sempre verdadeiras e confiáveis. E durante a pandemia, o volume de notícias foi absurdo, tanto que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) utilizaram o termo infodemia, palavra que “[...] se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual.” (OMS/OPAS, 2021, p. 2). Nesse momento, muitas têm sido as informações falsas vinculadas a curas milagrosas, remédios sem eficácia

comprovada e notícias fora de contexto se tornaram corriqueiras no ambiente virtual.

Somada ao contágio do vírus, notamos a contaminação da desinformação. O negacionismo tem como aliado as *fake news*, e os conflitos das relações de forças com a ciência se tornam mais fortes, à medida que essas informações inverídicas circulam nas redes sociais.

Utilizamos as charges para enfatizar o contexto que vivenciamos. Esse gênero textual é carregado de sentidos, pois demonstra, com toques de comicidade e ironia, sentimentos e considerações que observamos na sociedade, em meio à conjuntura.

Na charge a seguir, notamos a comparação de igualdade entre a pandemia causada por um vírus e aquela causada pela ausência da criticidade e da leitura social dos próprios sujeitos. Essa comparação evidencia a ameaça do vírus e o perigo que a desinformação pode causar na sociedade.

Figura 3 - A Pandemia Paralela



Fonte: Ravelli (2021).

Em um contexto de caos e o medo, as informações divulgadas sobre a pandemia eram repassadas rapidamente, algo que também ocorreu com relação às notícias vinculadas ao cenário do cárcere no estado do Paraná.

No dia 06 de maio de 2020, o DEASE e a Secretária de Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná (SEJUF) publicaram a Portaria nº02/2020

(PARANÁ, 2020d), que propôs um plano de contingência para a pandemia pelo novo Coronavírus nas Unidades de Socioeducação do estado. Uma das recomendações atribuía à delegação dos CENSEs a função de sentinelas, para isolamento em casos de contaminações, como apresentamos a seguir:

§ 2º Denominar Unidades Sentinelas: as unidades com condições físicas para disponibilidade de alojamentos de isolamento para adolescentes que apresentam sintomas e/ou confirmados da Covid-19.

§ 3º Denominar Unidades Sentinelas Referências: as unidades com condições físicas para disponibilidade de alojamentos [...]

II- Estabelecer como Unidades Sentinelas de referência os CENSE's de Cascavel, Laranjeiras do Sul, Maringa, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. (PARANÁ, 2020d, p.1).

Como pesquisadora, vivenciei esse momento por residir no município de Laranjeiras do Sul (PR), um dos locais mencionados na Portaria. Acompanhei as notícias a respeito dessas informações que começaram a circular rapidamente nas redes sociais. A população laranjeirense, à época, ficou enfurecida com a hipótese de receber adolescentes contaminados, os quais (na visão dos moradores da cidade) poderiam transmitir o vírus na localidade e colocar em risco a vida dos residentes do município.

Nessa situação, a falta de criticidade impediu que muitas pessoas buscassem por fatos, informações concretas e pelos próprios documentos normativos que detalhavam as ações. A reprodução de ideologias e informações fora de contexto limitaram a leitura social da população. Nesse cenário, repleto de notícias falsas ou tendenciosas, a leitura crítica se torna uma ferramenta indiscutível para a libertação da ignorância dos sujeitos, seja essa leitura realizada de forma ampla, a partir dos fatos do contexto, ou a leitura da palavra, que nesse caso se encontra nos documentos e normativas divulgadas pelo Estado durante a pandemia.

A concepção de leitura como ação social propõe a libertação da alienação, desenvolvendo-se a consciência política e de classe. Conforme ressalta Silva, (1986),

[...] se concebermos a leitura como instrumento civilizatório de reflexão e compreensão da realidade e, por isso mesmo, de inserção do homem na história e no seu tempo através da análise crítica dos registros ou

documentos veiculados pela escrita, as funções sociais da leitura estão amarradas ao processo de conscientização ou politização dos brasileiros e aos seus movimentos de luta por uma sociedade diferente da atual. Mais especificamente, a leitura reveladora da palavra e do mundo se constitui em mais um instrumento de combate a ignorância e a alienação, como calculadas e impostas pelo regime dominante. (SILVA, 1986, p. 17).

A pandemia evidenciou ainda mais a importância da criticidade nos sujeitos. Juntamente com a enxurrada de notícias falsas, notamos a desinformação, a automedicação, o negacionismo e, conseqüentemente, o desastre. Na charge a seguir, observamos Pinóquio, uma personagem conhecida no universo das histórias infantis por contar mentiras, apresentando algumas das mentiras divulgadas durante a pandemia. As ideias mentiras que vemos na imagem ajudam a proliferar o desconhecimento, que foi agravado, em muitos momentos, pela superlotação dos hospitais e pela falta de insumos e equipamentos.

Figura 4 - *Fake News*



Fonte: Dassilva (2021).

Ao abordar a leitura em um contexto de informações falsas, é necessário refletir sobre a relevância dos mais variados usos da leitura ao longo da nossa vida em sociedade. ato de ler palavras, acontecimentos, cenários, atores e relações nos permite formar uma opinião sobre o que está ao nosso redor. Portanto, é por meio dessa leitura social que construímos as nossas convicções em meio à pandemia e à vida. De acordo com Silva, E. T. (2009),

[...] Lê-se para conhecer. Lê-se para ficar informado. Lê-se para aprimorar a sensibilidade estética. Lê-se para fantasiar e imaginar. Lê-se para resolver problemas. E Lê-se também para criticar e dessa forma, desenvolver um posicionamento diante dos fatos e das ideias [...]. (SILVA, 2009, p. 28).

Concordamos com o pesquisador brasileiro que a leitura move e modifica as nossas vidas em sociedade. No acontecimento pandêmico, a falta de leitura crítica contribuiu para a propagação desenfreada de notícias falsas e tendenciosas, causando pavor e receio em uma população que se encontrava literalmente na miséria, tanto de alimento quanto de conhecimento.

Silva (1986) defende que a leitura é capaz de combater à alienação e à ignorância dos sujeitos. Aquele que é capaz de ler criticamente a palavra consegue ler também o contexto à sua volta, posicionando-se contra a dominação e a alienação. Em uma conjuntura pandêmica, que despertou ainda mais as desigualdades no Brasil, a criticidade que a leitura social é capaz de proporcionar ficou ainda mais evidente juntamente com a falta dela pela população brasileira, a qual se mostrou ser manipulada facilmente.

Sabemos que a ausência da criticidade não tem idade estipulada, nem mesmo está relacionada à formação do sujeito, haja vista que pode afetar a todos. No caso de crianças e adolescentes em idade escolar, a leitura ainda está muito ligada à leitura das palavras e a breves interpretações daquilo que se lê. No entanto, em uma “[...] sociedade como a nossa, onde se assiste a barbárie, a presença de leitores críticos é uma necessidade imediata.” (SILVA, 2009, p. 33). Essa compreensão crítica do ato de ler pode ser comparada a um ponto de mudança social, uma vez que os processos de ler e os métodos do ensino da leitura podem estar vinculados a um projeto de transformação social necessário em nossa conjuntura (SILVA, 2009). O início da construção do sujeito leitor não começa na escola, mas, desde o seu nascimento, já começa a ler os diversos elementos da vida.

Ao mencionar a construção da concepção de cidadão, enfatizamos um dos atores da nossa pesquisa, os adolescentes reclusos em Unidades de Socioeducação para o cumprimento de medidas socioeducativas. Muitos são os

fatores que contribuem, de alguma forma, para que um adolescente adentre ao mundo do crime, mas de que maneira o Estado lê esse sujeito na sociedade?

De acordo com o SINASE, para “[...] estabelecer princípios e diretrizes da política de atendimento, definir competências e atribuições gerais e dispor sobre os procedimentos judiciais que envolvem crianças e adolescentes” (BRASIL, 2006, p. 22), desenvolveu-se, com o aporte da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e Adolescente, um sistema de proteção, chamado Sistema de Garantia de Direitos (SGD), que objetiva efetivar a doutrina de proteção integral. Nesse sistema

[...] incluem-se princípios e normas que regem a política de atenção a crianças e adolescentes, cujas ações são promovidas pelo Poder Público em suas 03 esferas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), pelos 03 Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e pela sociedade civil, sob três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social. A opção pela forma de Sistema tem como finalidade melhor ordenar as várias questões que gravitam em torno da temática, reduzindo-se, assim, a complexidade inerente ao atendimento aos direitos desse público. (BRASIL, 2006, p. 22).

Atualmente, notamos o modelo de assistencialismo do Estado para promover sistemas que busquem edificar as políticas públicas para esses atores, mas, na prática, esse formato assistencial não supre todas as necessidades dos adolescentes reclusos, tão pouco gera neles reflexão. Nesse sistema, há algumas divisões relacionadas à assistência e à proteção dos menores. Na quarta seção deste trabalho, enfatizamos o contexto do atendimento da socioeducação, o SINASE, “[...] o qual se comunica e sofre interferência dos demais subsistemas internos ao Sistema de Garantia de Direitos (tais como Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e Segurança Pública).” (BRASIL, 2006, p. 22).

O Estado que promete proteção e políticas públicas integrais fomenta o “sucesso” de todos, mesmo que as condições de classes e de sujeitos sejam diferentes. A busca constante por bens materiais e pelo consumo exagerado resulta no individualismo e em contrastes sociais ainda mais desiguais. Nessa procura pela riqueza, alguns adolescentes desenvolvem maior perseverança, outros, contudo, apresentam frustrações que podem gerar o sentimento de revolta (MOCELIN, 2016).

Em uma sociedade voltada para o capital, os sujeitos encontram dificuldades para entender a própria realidade, assim como as ideologias que o Estado e a sociedade impõem. O modelo de sociedade capitalista não prioriza a capacidade de reflexão dos cidadãos, por isso entendemos por que a leitura social e a criticidade que ela desperta ainda é limitada para a população.

Aurino *et al.* (2016) explicam que os sujeitos são vistos como os únicos responsáveis em modificar a sua própria realidade. Com isso, retira-se a incumbência do Estado de prover todas as condições necessárias para o desenvolvimento integral desses sujeitos em sociedade. É do interesse da estrutura que as famílias sejam vistas como as únicas responsáveis pelo sucesso ou fracasso de seus membros, principalmente no tocante a crianças e adolescentes. É necessário enfatizar que o poder efetivo de proteção familiar também está vinculado a questões sociais que contribuem ou não para o desenvolvimento desses sujeitos. Os mesmos autores continuam:

Estas transformações se dão pelo fato de a família não ser uma instituição desconecta da realidade social. Para que os indivíduos se reproduzam socialmente, eles precisam, anteriormente, se reproduzir como tais, o que ocorre no contexto da família. Dessa forma, ela acompanha e reflete as mudanças sociais, as ideias, a cultura e a própria dinâmica da vida social como um todo. (AURINO *et al.*, 2016, p. 18).

Quando evidenciamos a leitura social, ressaltamos a sua capacidade de poder e a visão de que tal prática é uma importante ferramenta para compreender a realidade da organização e da vida em sociedade. De acordo com Silva, E. T. (1986), “[...] mais especificamente, a leitura reveladora da palavra e do mundo se constitui em mais um instrumento de combate à ignorância e a alienação, como calculadas e impostas pelo regime dominante.” (SILVA, 1986, p. 17). Partindo desse autor, evidenciamos a leitura como um relevante instrumento para combater a alienação observada na conjuntura atual, haja vista que um sujeito reflexivo é capaz de identificar as especificidades do cenário político, econômico, social e cultural do país, posicionando de maneira crítica e consciente.

Como já destacado, após o início da pandemia, ficou ainda mais latente a necessidade de uma leitura crítica e social que conduza ao conhecimento. O saber

de natureza epistemológica ou científica é capaz de nos proporcionar segurança com relação ao que observamos e vivenciamos, e, a partir dele, criamos consciência dos fenômenos históricos e atuais (SILVA, 2005). O ato de ler e compreender a própria realidade pode ser considerado uma forma de libertação da ignorância. É notável que a ausência da criticidade e da compreensão de ler socialmente a própria realidade agravou os aspectos do acontecimento pandêmico.

Após discorrermos a respeito da leitura social em nossa conjuntura, a seção seguinte centra-se na concepção de adolescente como um cidadão de direitos, e coo tal imagem foi sendo construída ao longo dos anos em nossa sociedade.

4 COMPOSIÇÃO DE DIREITOS E O RECONHECIMENTO COMO CIDADÃO A PARTIR DO ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Nesta seção, delineamos a questão histórica dos direitos daqueles que são considerados os atores principais do nosso estudo, os adolescentes. Apresentamos algumas considerações de documentos históricos que direcionavam a concepção de criança e adolescente em distintos momentos da sociedade brasileira. Para isso, utilizamos referenciais documentais, a fim de evidenciar o progresso da concepção de proteção do menor ao longo dos anos em nossa sociedade. Além disso, recorreremos a teóricos da educação, tais como Liberati (2002), Aurino *et al.* (2016), Mocelin (2016) e Nogueira (2019).

É notável que o modo como as crianças e os adolescentes eram encaradas foi se modificando com o passar do tempo, entretanto, a conquista de direitos integrais de proteção somente foi assegurada a partir do ECA, que entrou em vigor no ano de 1990. Tendo em vista que esse é o documento mais atual e um marco na luta pelos direitos e deveres dos menores, concentramo-nos nesse estatuto e em suas contribuições para o entendimento da leitura social dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

4.1 LEVANTAMENTO HISTÓRICO DOCUMENTAL

Realizamos uma busca, em ambientes digitais, por documentos que contribuíram na composição dos direitos das crianças e adolescentes. Dos documentos encontrados, consideramos oito deles, os quais acreditamos ser mais pertinentes a este estudo. A partir dos documentos históricos, a busca sucedeu por aqueles que norteiam a socioeducação no cenário atual e, por fim, os objetos de análises que se referem ao momento da pandemia.

Com o intuito de organizar e sintetizar algumas considerações relevantes desses documentos históricos, organizamos o Quadro 4, que sintetiza informações importantes desses escritos. É importante frisar o aspecto histórico, uma vez que

esses documentos não devem ser desconsiderados, pois foram importantes para se chegar à legislação vigente, no que se refere às crianças e aos adolescentes.

Quadro 4 - Síntese dos documentos

Documento	Ano	Descrição
Código Criminal do Império	1830	O Código de 1830 enfatiza a questão do discernimento em relação ao crime praticado. Entretanto, a avaliação desse discernimento era realizada de forma superficial e grosseira para com os adolescentes que cometiam atos infracionais na época. Caso “comprovado” que havia um grau de discernimento, esses eram encaminhados para cadeias comuns e cumpriam pena com os outros detentos adultos.
Código Republicano	1890	Adotava ainda a ideia do discernimento em relação aos crimes praticados. Entretanto, observamos com mais clareza a penalidade com relação à idade, o qual adotava a inimputabilidade para aqueles que eram menores de nove anos, uma semi-imputabilidade aqueles entre nove e catorze e a completa imputabilidade para os maiores de catorze anos. Somente em meados de 1923, é implementado um decreto estipulando que as penas deveriam ser cumpridas somente por aqueles que já tivessem catorze anos.
Código de Mello Matos	1927	Nesse período houve a intenção de acolher adolescentes com a mesma faixa etária em casas de passagens, os acolhidos não eram apenas aqueles que cometiam atos infracionais, as casas recebiam também os que se encontravam em situação de miséria e abandono.
Serviço de Assistência ao Menor (SAM)	1941	Houve a proposta de acolher e proteger todos os menores que se encontrassem em vulnerabilidade social e os marginalizados. Mas, foi um período em que a violência foi utilizada como repressão.
Declaração Universal dos Direitos Humanos	1948	Uma declaração que assegura direitos básicos a todas as pessoas, promovendo uma pressão com relação à assistência e ao amparo a todos, principalmente no caso das crianças e adolescentes. “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”.
Fundação Nacional do Bem-Estar do menor (FUNABEM)	1964	A ideia inicial sustentava um projeto que fosse mais acolhedor, porém, não teve êxito e acabou seguindo o mesmo caminho do SAM.
Código de Menores	1979	A proposta tinha como objetivo assegurar direitos básicos aos menores que se encontravam em situação de risco (abandono/criminalidade). A ideia era integrá-los em sociedade, por meio de projetos sociais. Entretanto, aqueles que cometiam atos infracionais, respondiam por meio de medidas judiciais, sem distinção de idade, eram condenados como adultos.
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	1990	Proporcionou de forma concreta a preservação de direitos das crianças e adolescentes, encarregando como dever da família e do Estado garantir a proteção integral, sendo assim, reconhecidos como sujeitos de

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.		direitos e deveres na sociedade. O estatuto ainda diferencia a idade biológica entre a criança e adolescente. Esse novo contexto de mudanças, proporcionou novas discussões a respeito do compromisso social e da responsabilidade estatal perante a igualdade entre todos, sem nenhum tipo de discriminação e, proteção dos menores de zero a dezoito anos incompletos. O estatuto apresenta as medidas socioeducativas, as quais são denominadas como medidas repressivas que devem ser aplicadas aos menores que cometem atos infracionais perante a lei civil.
---------------------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Com base na síntese apresentando no quadro, constatamos que a concepção de criança/adolescente como um sujeito de direitos na sociedade brasileira é algo muito recente. Não podemos deixar de reconhecer que houve muitas conquistas nessa área, mas o cenário atual ainda não é algo primoroso. De acordo com o documento histórico mais recente, o ECA, tanto a infância quanto a adolescência devem ser preservadas, por meio de todos os direitos legais assegurados.

Mesmo com os avanços constitucionais direcionados à criança e ao adolescente, nem todos os sujeitos conseguem usufruir de seus direitos (MOCELIN, 2016). Cada documento sintetizado no quadro remete a uma época distinta da história brasileiro no tocante à assistência e ao cuidado das crianças e adolescentes; sequência, consideramos, de forma resumida, cada um deles.

Partimos de 1830, ano em que foi definido o Código Criminal do Império. Esse documento focou na possibilidade de assistencialismo e punição aos adolescentes que cometiam atos infracionais. Estipulava-se que a imputabilidade total para responder judicialmente por crimes seria de 14 anos, de acordo com o discernimento do crime praticado (NOGUEIRA, 2019). É importante destacar que os espaços para cumprir o período de cárcere eram os mesmos para todas as idades, sendo precários, sem suporte e condições dignas para o cumprimento da pena. Para a sociedade da época, essas ações não eram vistas como problemas.

Em 1927, foi criado o Código de Mello Mattos (CMM), destinado aos menores que estivessem em situação irregular, como crianças/adolescentes em pobreza extrema, que foram abandonados e/ou marginalizados. O novo regimento

trouxo mudanças na idade da maioridade penal, considerando o real discernimento, a culpabilidade e a sensatez dos envolvidos. Nesse período, os menores ainda eram considerados como inconvenientes para a sociedade, porém, não era interessante que continuassem desassistidos. Por isso, era preciso dar suporte legal a fim de se controlar a situação (NOGUEIRA, 2019). A proteção e o suporte às crianças e aos adolescentes em situação irregular passaram a ser dever do Estado.

A partir disso, houve a adequação de um código penal, em 1940, que tinha como objetivo responsabilizar os adolescentes pelas infrações da lei. Em 1941, criou-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), cujo objetivo era acolher e proteger os menores em vulnerabilidade social e infratores. Entretanto, a repressão foi fortemente utilizada como argumento para a mudança, gerando controvérsias sobre a sua eficácia. Segundo Nogueira (2019), o surgimento do SAM foi marcado “[...] por desvios e críticas, vez que, não cumpria e se distanciava de seus objetivos iniciais, com desvios de verbas, superlotação, ensino precário, incapacidade de recuperação dos internos.” (NOGUEIRA, 2019, p. 42).

Liberati (2002) também faz algumas considerações a respeito do SAM, enfatizando novamente a falta de políticas especializadas para o atendimento ao menor:

O surgimento do SAM foi criado justamente com o intuito de aplicar medidas aos infratores, tornando-se uma forma de administrar as instituições que atenderiam esse público, porém, não era de fato uma política de atendimento ao infrator. (LIBERATI, 2002, p. 60).

O modelo de assistência do SAM não se mostrou eficaz e foi substituído, em 1964, pela Fundação Nacional do Bem-Estar do menor (FUNABEM), sistema que rejeitava as práticas utilizadas pelo SAM. A ideia era colocar em prática um modelo com menos repressão e mais educação. A proposta também não encontrou êxito, apresentando problemas semelhantes ao modelo do SAM (NOGUEIRA, 2019). A autora comenta que, a partir desse período, no final dos anos de 1960, ocorreram novos debates sobre a infância e a juventude, fazendo com que, em 1979, surgisse o Código de Menores. Para a pesquisadora, esse documento “[...] consolidou a

doutrina da Situação Irregular, que consubstanciava a cultura da internação para carentes e delinquentes, já que a segregação era vista, na maioria dos casos, como única solução.” (NOGUEIRA, 2019, p.43).

No decorrer da história, acompanhamos as reformulações de diferentes modelos que visavam a contribuir para o progresso integral dos menores. No entanto, só houve progresso na década de 1990, a partir da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que estabeleceu o ECA. Esse documento proporcionou de forma concreta a preservação de direitos das crianças e dos adolescentes, determinando que tanto a família quanto o Estado sejam responsáveis pela proteção integral dos menores, reconhecidos, a partir de então, como sujeitos de direitos e deveres na sociedade. O estatuto ainda diferencia a idade biológica entre a criança e adolescente, “[...] considera-se criança, para os efeitos da lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquele entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, p. 10).

Na próxima subseção, aprofundamos a reflexão do ECA, sobretudo no que diz respeito à política de atendimento dos menores infratores.

4.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE: CONCEPÇÕES E REFLEXÕES A RESPEITO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

O ECA, de acordo com Mocelin (2016), foi resultado de todos os demais documentos que o precederam, tais como: a *Declaração dos Direitos da Criança* (1959), as *Regras de Beijing* (1985), que englobavam normativas mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça juvenil, as *Regras Mínimas das Nações Unidas Para os Jovens Privados de Liberdade* (1990) e, por último, as *Diretrizes das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil*, ou como são mais conhecidas *Diretrizes de Riad* (1990).

O ECA foi uma produção coletiva de inúmeros atores, como ressaltando na própria apresentação do documento, em sua versão mais recente: “[...] envolveu parlamentares, governo, movimentos sociais, pesquisadores, instituições de defesa dos direitos da criança e do adolescente, organismos internacionais, instituições e

lideranças religiosas, entre outros atores.” (BRASIL 2021, p. 8). Ele foi construído a partir de diversos atores, mas representa uma visão de Estado. Assim, compreendemos então que se trata de um documento que demarca a visão do Estado sobre a criança e o adolescente.

Na estruturação do ECA, observamos que o documento contempla assuntos em etapas específicas dos direitos assegurados. A versão mais recente do estatuto, com adendos e leis atuais, foi disponibilizada digitalmente em 2021, abrangendo 232 páginas, divididas em nove tópicos: Apresentação, Estatuto da Criança e Adolescente, Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012), Lei do Menino Bernardo (Lei n.º 13.010, de 26 de junho de 2014), Lei da Primeira Infância (Lei n.º 13.257, de 08 de março de 2016), Lei da Escuta (Lei n.º 13.431, de 04 de abril de 2017), Lei da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência (Lei n.º 13.798, de 3 de janeiro de 2019), Lei da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas (Lei n.º 13.812, de 16 de março de 2019) e Decreto do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes (Decreto n.º 10.701, de 17 de maio de 2021).

De acordo com o ECA, a infância e a adolescência devem ser priorizadas e protegidas por meio de todos os direitos legais assegurados, os quais prevalecem, mesmo em situação de reclusão. O estatuto define por meio da idade que o termo criança deverá ser utilizado para aquele que tem até 12 anos incompletos; já o adolescente se caracteriza como a pessoa entre 12 e 18 anos incompletos. No que se refere aos direitos, o ECA, em seu Art. 3º, estabelece que:

[...] a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL,1990).

Na sequência do estatuto, no Art. 4º, determina-se quem deverá garantir o amparo à criança e ao adolescente, assim como os direitos que lhe devem ser assegurados com prioridade na sociedade. Em outras palavras, o Estado não

assume sozinho essa responsabilidade, mas enfatiza que a sociedade e o poder público devem assegurar, com prioridade, todos os direitos da criança e do adolescente.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL,1990).

Mesmo com os avanços legislativos, tornando os menores sujeitos de direitos, nem todos conseguem ter seus direitos garantidos. As crianças e os adolescentes são, por vezes, desassistidos pela própria família, pelo poder público e por toda a sociedade. Esse contexto de negligência certamente afeta o crescimento integral desses sujeitos, seja no campo intelectual e/ou físico, impedindo que muitos frequentem ou permaneçam no sistema público de ensino, o que também afeta o futuro ingresso no mercado de trabalho (MOCELIN, 2016).

Ao analisarmos a concepção de proteção que foi construída ao longo da história, o ECA, ao contrário dos documentos que o antecederam, efetiva a rede de proteção integral, a qual garante aos menores um conjunto de direitos, tais como: o direito à sobrevivência, ao desenvolvimento, à liberdade, ao respeito, à dignidade, e à convivência familiar e social. O estatuto ainda endossa a prioridade absoluta do menor, visto que esse sujeito ainda se encontra em desenvolvimento, não tendo ainda os meios de suprir sozinho as suas necessidades básicas. Para além dos direitos, o ECA também enfatiza os deveres que estão estabelecidos na lei (MOCELIN, 2016).

Compreendemos que, a partir da implementação do ECA, ocorre o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos que estão em desenvolvimento para se tornarem cidadãos. Entretanto, para que a construção da cidadania aconteça, é necessário oferecer todos os elementos para um desenvolvimento pleno.

Para Mocelin (2016), o ECA é uma das leis mais bem escritas do Brasil, e serve inclusive como inspiração para outros países. Não obstante a isso, as

contradições e desigualdades em nosso país podem fazer com que o ECA se torne apenas mais uma lei em um amontoado de tantas outras já publicadas. Essa autora faz uma série de indagações no que se refere à efetivação das políticas públicas de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil:

[...] Como é possível falar em ética com crianças fora da escola? Como é possível falar de compromisso ético da sociedade se temos crianças trabalhando para garantir a subsistência de suas famílias pauperizadas e à margem da sociedade? Como é possível falar em ética quando crianças sendo exploradas sexualmente por adultos que detêm esclarecimento de seus direitos e deveres de cidadão e que se encontram na posição de orientadores do desenvolvimento infantil? Como é possível falar em ética quando tantas crianças morrem de fome? [...] Como transformar esse compromisso ético com vontade política? (MOCELIN, 2016, p. 28).

As indagações desta pesquisadora reforçam ainda mais a incoerência em meio a um acontecimento pandêmico. A educação, no contexto da pandemia, foi direcionada para um ensino remoto, mascarado por uma tecnologia que, na maioria dos lares brasileiros, não existia. Houve a tentativa do Estado em cumprir com o que a legislação prevê, uma vez que as aulas poderiam ser vistas também na TV aberta, entretanto, não foi uma realidade que contemplou a todos de forma satisfatória. O ensino não presencial ampliou a defasagem escolar e enfatizou as discrepâncias de aprendizagem nas diferentes realidades.

Ter as crianças e os adolescentes em casa devido ao isolamento social poderia ser uma “oportunidade” para ajudar os responsáveis no que diz respeito à renda financeira, uma vez que eles poderiam realizar trabalhos para ampliar a renda familiar. Todavia, o ensino escolar ficou em segundo plano nesse contexto, pois a prioridade era sobreviver, haja vista que na pandemia elevaram-se os índices de desemprego e de miséria. A pandemia, de fato, conseguiu agravar o que já era dramático.

Partimos do entendimento de que a solução para garantir um futuro com dignidade e direitos assegurados pode estar na intenção do sentimento descrito como vontade. Uma vontade política que seja capaz de administrar com democracia para liberdade e que garanta políticas públicas e condições para que isso aconteça. É necessário também investir em capacitação profissional para conselheiros e responsáveis (MOCELIN, 2016). “A ética, a vontade política e a

competência técnica far-se-ão presentes se as pessoas que trabalham com políticas sociais básicas compreenderem, aceitarem e colocarem em prática [...] direitos e deveres.” (MOCELIN, 2016, p. 28).

Ao realizarmos uma leitura dessa conjuntura, a condição de “fracasso”, em aspectos sociais e profissionais, é atribuída apenas ao sujeito e/ou ao seu núcleo familiar. Perante a sociedade, o Estado não tem responsabilidade; a família é considerada pela sociedade a única culpada pelo fracasso individual do adolescente (AURINO *et al.*, 2016).

As relações entre a estrutura e a conjuntura demonstram que as condições de um desenvolvimento pleno vão muito além do contexto familiar. Diante dessa realidade, algumas políticas sociais são organizadas com a intenção de proteção social às famílias, como é o caso da Política de Assistência Social (PNAS). Aurino *et al.* (2016), referindo-se a essa política, destacam que “[...] a proteção social deve se ocupar em garantir a segurança de sobrevivência (de rendimento; de autonomia), de acolhida; de convívio ou vivência familiar.” (AURINO *et al.*, 2016, p. 26).

A atualidade é marcada pela incoerência; uma sociedade que julga o sujeito e a sua família antes de tentar prevenir e proteger. De acordo com o ECA, em seu, “Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 2021, p. 47). Em um cenário social violento, capitalista e desigual, observamos os menores de idade, por inúmeros motivos, ingressarem na criminalidade. Devido a isso, em 2012, publicou-se a Lei nº 12.594, conhecida como a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), sobre a qual discorreremos a seguir.

4.3 REGULAMENTAÇÃO E EXECUÇÃO: MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS A PARTIR DO SINASE

O SINASE, elaborado a partir das compreensões do ECA, passou a regulamentar a execução das medidas socioeducativas para os adolescentes que cometem atos infracionais. Entende-se como ato infracional o mesmo conceito de

crime praticado por um adulto. Com o surgimento do SINASE, algumas leis foram alteradas: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA); Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968; Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991; Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993; Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (BRASIL, 2021).

Nas disposições gerais da lei, o SINASE tem o seguinte formato:

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. § 1º Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. (BRASIL, 2021, p.135).

A lei do SINASE é destinada exclusivamente para os menores que cometem atos infracionais (crimes) perante a lei civil. De acordo com as concepções de Mocelin e Ferreira, esse documento

[...] trata das políticas públicas para o atendimento a crianças e adolescentes de uma maneira geral, aborda as questões de proteção para as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e trata da responsabilização penal do adolescente infrator por meio de medidas socioeducativas que são aplicadas aos adolescentes que cometem ato infracional. (MOCELIN; FERREIRA, 2016, p. 38).

Pensando não apenas nos direitos, mas também nos deveres do adolescente para com a sociedade, o ECA passou a apresentar, em 2012, o SINASE, o qual aborda ações punitivas para os menores que cometem atos infracionais perante a lei civil. Entretanto, indagamo-nos: na realidade vivenciada, as mudanças que ocorreram ao longo dos anos foram capazes de assegurar direitos e uma leitura de proteção por parte da sociedade ou apenas de discriminação? Para Mocelin e Ferreira (2016), o “[...] adolescente em conflito com a lei, ato infracional e socioeducação são objetos ou categorias que se perdem

diante do preconceito e do estigma que a sociedade impõe.” (MOCELIN; FERREIRA, 2016, p. 41).

A leitura feita pela sociedade já engloba muitas ideologias e estigmas relacionadas aos jovens, e no caso daqueles que estão em um cenário de cárcere para cumprir medidas socioeducativas, a leitura social realizada pela sociedade é ainda mais intolerante e hostil.

O cárcere é o resultado de uma falha ou várias falhas que sobressaem ao aspecto individual do sujeito. A consequência da criminalidade pode estar vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho, resultando na desigualdade social, na miséria e na ausência de políticas públicas e educacionais que garantam proteção integral e uma melhor perspectiva de vida, com capacitação pessoal e profissional (MOCELIN, 2016).

Em todos os cenários sociais, inclusive no ambiente do cárcere, os direitos devem ser assegurados de modo a restituir esse sujeito que foi corrompido pela criminalidade. Para tanto, ele precisa conhecer e compreender o que é ser um cidadão, e um dos elementos essenciais para que isso ocorra é o respeito. “A principal forma de manter a dignidade humana é respeitar o ser humano em todos os seus direitos. A violação dos direitos humanos em qualquer instância é a porta aberta para a não humanização e total ausência da cidadania.” (MOCELIN, 2016, p. 23).

Todavia, ter uma legislação que assegura políticas públicas e direitos não é sinônimo de efetivação, ainda mais quando pensamos no contexto da pandemia e em um cenário de cárcere. De acordo com Mocelin (2016), “[...] quando mais se fala em direitos humanos, mas eles são negados.” (MOCELIN, 2016, p. 29).

O ECA estabelece que, para proteger integralmente crianças e adolescentes, o governo, a família e a sociedade civil devem trabalhar juntos, por meio de conselhos municipais, estaduais e nacionais, a fim de garantir os direitos e amparar esses sujeitos. Esse trabalho em conjunto é fundamental para a promoção e para defesa dos direitos dos menores.

Em nossa conjuntura atual, notamos adversidades para efetuar essa proteção. Devido à pandemia, as políticas públicas, que já eram “sucateadas”,

tornaram-se ainda mais escassas. Esse período marcado por mudanças, em diferentes esferas, principalmente no contexto sanitário, os papéis dos atores em meio aos cenários do Brasil são redefinidos. Entretanto, como argumentam Aurino *et al.* (2016), “Mediante este contexto de fortes transformações, onde o papel do Estado é redefinido, os direitos são diminuídos.” (AURINO *et al.*, 2016, p. 23).

Nesta seção, destacamos como os direitos e os deveres dos adolescentes foram sendo marcados ao longo dos anos no Brasil. Além disso, consideramos aspectos do ECA, principal documento que defende os direitos dos menores, com destaque aos que estão cumprindo alguma medida socioeducativa. Na seção a seguir, dedicamo-nos a compreender o papel da socioeducação.

5 SOCIOEDUCAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A PENALIDADE E A PROTEÇÃO

Nesta seção destinada à socioeducação, abordamos, em um primeiro momento, a sua origem e apresentação. Na sequência, tecemos algumas considerações a respeito do seu papel como política pública no estado do Paraná, e, por fim, analisamos, por meio de documentos, a concepção e a leitura do sujeito presente na socioeducação, de acordo os documentos nacionais e do estado do Paraná, tais como as resoluções estabelecidas em função da pandemia da covid-19.

5.1 A SOCIOEDUCAÇÃO NO BRASIL

Ao analisar e conceituar a concepção de socioeducação, deparamo-nos com um fato inquietante. Esse termo não é descrito ou explicitado especificamente em nenhum documento oficial, o que nos gerou dúvidas sobre a sua concepção a partir dos documentos que norteiam as ações de diversos profissionais e pesquisadores da área.

Reconhecemos a complexidade envolta no termo socioeducação, sendo que ainda não há uma definição específica e aceita por todos. Sabe-se que a palavra socioeducação se originou a partir de compreensões do ECA, em 1990, sobretudo do SINASE, e referem-se à organização estrutural, às medidas socioeducativas e às ações que devem ser aplicadas aos menores infratores. Contudo, não há nada de específico que definiria o termo. De acordo com Bisinoto *et al.* (2015),

[...] o conceito de socioeducação nasce com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), importante marco legal e regulatório dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, instituído pela lei nº 8.069 em julho de 1990. Contudo, no referido estatuto, não há nenhuma formulação teórica sobre o conceito de socioeducação; na verdade, o termo não aparece no ECA, apenas sua forma adjetiva, em expressões como programa socioeducativo e medida socioeducativa. (BISINOTO *et al.*, 2015, p. 579).

Os autores, a partir de seus estudos, apresentam um conceito que parte da

ideia de educação social, denominando, assim, a socioeducação como:

[...] um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidas a partir da articulação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos com o objetivo de mobilizar nos jovens novos posicionamentos sem, contudo, romper com as regras éticas e sociais vigentes. Desdobra -se desse entendimento que, além do processo judicial, a medida socioeducativa contempla ações articuladas e em rede que por meio de ações pedagógicas e intencionais têm o potencial de oportunizar a ressignificação das trajetórias infratoras e a construção de novos projetos de vida. (BISINOTO *et al.*, 2015, p. 575).

A socioeducação engloba principalmente os adolescentes, fase na qual os sujeitos passam da infância para a vida adulta. É uma importante etapa de maturação biológica, assim como da constituição social do sujeito que está se desenvolvendo física, psicológica e socialmente. Ele já carrega consigo as suas experiências e vivências, sejam elas positivas ou não.

Essa transição não é percebida somente com modificações no corpo, mas sujeito está construindo a sua identidade a partir do meio social em que está inserido, tal como as referências que ele tem. Em uma cartilha elaborada em 2012, no estado do Paraná, intitulada como *Socioeducação: adolescentes em conflito com a lei*, direcionada aos profissionais que auxiliam no atendimento dos menores infratores, faz algumas observações sobre período da adolescência:

Em que pese as evidências conspícuas da maturação biológica plena e do aprimoramento de algumas funções cognitivas, outra corrente, sócio-histórica, enfatiza o processo social constitutivo da adolescência. Nesta abordagem, as críticas se dirigem às definições. 1 Considerações Iniciais Sobre o Adolescente em Conflito com a Lei que conferem à adolescência o significado de um período de transição e, embora o seja, se postula que esse elemento não esgota o conceito, ou mesmo não traduz a singularidade com a qual cada indivíduo experiência esta etapa. (PARANÁ, 2012, p. 12-13).

Dessa forma, entendemos que o desenvolvimento do sujeito está vinculado ao aspecto social, ao ambiente em que ele se insere. Pensando no cenário repleto de ciclos de violência que convivemos em nosso país, será que um espaço de reclusão, por si só, é capaz de ressocializar um sujeito? Para diminuir a criminalidade entre as crianças e os adolescentes, é necessário superar esse

contexto social violento, uma vez que o sujeito transpassa aquilo que vive ou já vivenciou. Ao ingressar na criminalidade, o adolescente se depara com a socioeducação, a qual apresenta alguns fundamentos norteadores para os que cometem atos infracionais. De acordo com Mocelin (2016), uma intervenção prevê “[...] o processo educativo pleno, integral, transformador e busque a constituição de um novo projeto de vida baseado em valores éticos e em um aprendizado para a participação social cidadã.” (MOCELIN, 2016, p. 51).

Entretanto, as políticas públicas devem ir muito além das medidas de internação em unidades socioeducativas. É necessário oferecer todo o suporte que esses menores necessitam ao longo das suas vidas, durante o seu crescimento biológico, moral e social. Segundo Bisinoto *et al.* (2015), “[...] as formas de pensar, sentir e agir dos adolescentes e jovens formam-se na interação e na troca com o meio social no qual vivem.” (BISINOTO *et al.*, 2015, p. 578). Incluímos nessa reflexão a necessidade da leitura crítica, em uma esfera social.

No tocante ao ECA e às suas considerações, esse documento não apresenta termos específicos sobre a socioeducação, entretanto, vale salientar que manifesta em sua composição importantes observações a respeito da doutrina de proteção integral da infância e da juventude, assegurando isso também àqueles que cometem atos infracionais (termo esse utilizado para se referir aos crimes cometidos por adultos). Acreditamos ser necessário refletir sobre essa concepção de proteção integral presente nos documentos, uma vez que expressa uma contradição na sociedade. A mesma organização social que não possibilita condições dignas de bem-estar para todos promete proteger e ressocializar o adolescente que já foi corrompido pelo sistema.

Aquele que comete algum ato infracional, dos 12 anos completos até os 18 anos incompletos, cumpre medidas socioeducativas, que são aplicadas de acordo com a intensidade dos atos. Há dois tipos de medidas a serem cumpridas: as de meio aberto, que são praticadas com o adolescente em liberdade, e as de meio fechado, que são aplicadas quando ao menor recluso em centros socioeducativos ou casas de semiliberdade. A seguir, com base na versão mais atual do ECA, observamos quais as medidas que podem ser aplicadas, dependendo do nível do ato infracional que foi cometido:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas. (BRASIL, 2021, p. 70).

A advertência é aplicada em casos mais leves e consiste na repreensão verbal entre o adolescente e seus responsáveis. No caso da obrigatoriedade de reparar danos, quando o ato infracional cometido tiver gerado reflexos materiais ou patrimoniais, a autoridade competente pode determinar algum ressarcimento pelo dano causado. A prestação de serviços comunitários resume-se à realização de tarefas sociais que beneficiem a comunidade em geral, mas o tempo desses serviços gratuitos não deve exceder seis meses. A liberdade assistida, por sua vez, é utilizada sempre que a autoridade compreender que existe a necessidade de acompanhar, auxiliar e orientar um adolescente que já tem algum histórico de atos infracionais. É possível estipular um prazo mínimo de seis meses, sendo esse um período flexível e que pode ser prorrogado, revogado ou substituído por outra medida socioeducativa, quando houver necessidade.

O regime de semiliberdade possibilita a realização de atividades externas. Tal medida pode ser atribuída desde o início ou como uma forma de transição para a liberdade. Para casos considerados mais graves, a internação é adotada como medida da privação da liberdade temporariamente no convívio social. O período de internação não pode ultrapassar três anos, sendo que a reavaliação da permanência ou não no espaço de reclusão deve ser reavaliada a cada seis meses (BRASIL, 2021).

O adolescente que se encontra no regime de internação passa a ser tutelado pelo Estado, que se torna o responsável por sua ressocialização. Para regulamentar a execução das medidas socioeducativas, bem como todo o processo durante o período de reclusão, os principais suportes são o ECA e o SINASE.

O sistema socioeducacional prevê um planejamento participativo, que envolve muitos profissionais dentro e fora das unidades socioeducativas. O poder judiciário, o Ministério Público, os Conselhos de Direitos são alguns dos que participam desse planejamento de ações e intervenções.

Nesse ambiente de cárcere, a educação social compreende tanto a educação formal quanto a informal, uma vez que pretende oferecer oportunidades para todos, sem distinção. Assim, quando observamos a educação social nos espaços de reclusão, percebemos que ela engloba a socioeducação, posicionando-se a favor de todos aqueles que, por algum motivo, se tornaram criminalizados e precisam novamente ser inseridos no convívio social, assegurados de oportunidades que foram garantidas a outros e não a eles (MOCELIN, 2016). Para que isso aconteça, a intenção das Unidades Socioeducativas é garantir um ambiente agradável, com novas possibilidades para o cumprimento da medida socioeducativa, a qual de fato retribua para a ressocialização social, fomentando no adolescente uma nova leitura da sua vida pessoal e de toda a sociedade.

Destacadas as particularidades das medidas socioeducativas brasileiras, a seguir, direcionamos a atenção mais especificamente às medidas socioeducacionais no estado do Paraná.

5.2 O ATENDIMENTO E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIOEDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

No estado do Paraná, a socioeducação está organizada por meio do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE), que é vinculado e coordenado pela Secretária de Justiça, Família e Trabalho do Governo do Paraná (SEJUF). Compete a esse departamento proporcionar o atendimento integral à criança e ao adolescente que cumpre medida socioeducativa por meio do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo. Ainda é responsabilidade do DEASE propiciar toda a assistência necessária, seja pedagógica, profissional, médica e para a reinserção social do menor.

De acordo com o DEASE¹⁰, as políticas públicas do departamento viabilizam a articulação entre ações de prevenção de fatores de risco e a promoção de fatores de proteção, com o objetivo de propiciar um novo recomeço para o sujeito longe da

¹⁰ Informação extraída do site Justiça.pr.gov. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/Socioeducacao#>. Acesso em: 25 abr. 2021.

criminalidade. O plano de atendimento precisa contemplar alguns aspectos importantes, tais como: proporcionar o acesso a direitos, à formação de valores e a oportunidades para superar a situação de exclusão social. Sendo assim, entendemos que os CENSEs mantidos pelo Estado precisam oferecer todo o suporte necessário para a qualidade de vida dos adolescentes que se encontram reclusos, sendo a educação algo fundamental para a ressocialização.

Segundo o Relatório de Ações do DEASE (PARANÁ, 2017), para uma melhor organização e manutenção do departamento, a sua estrutura é subdividida em: direção, coordenação, divisão de segurança socioeducativa, divisão administrativa, divisão de formação educacional e profissional, divisão psicossocial, divisão de saúde e a divisão de vagas e informações.

Para acompanhar o trabalho que é desenvolvido nas unidades socioeducativas, dados dos adolescentes que se encontram em cárcere e outras informações pertinentes foram divulgados por três anos consecutivos (PARANÁ, 2015, 2016, 2017), em forma de relatório anual. O último relatório foi o de 2017.

Segundo o Relatório de Ações do Departamento de Atendimento Socioeducativo (PARANÁ, 2015), o Brasil contava, em 2015, com cerca de 25.030.970 adolescentes de 12 a 18 anos. Desses, 39.578 estavam em centros de socioeducação divididos nas cinco regiões do país. O estado do Paraná tem, atualmente, com 19 CENSEs e oito casas de semiliberdade, e essas as unidades estão distribuídas em três regiões do estado. Os CENSES em funcionamento se encontram nos seguintes municípios: Campo Mourão, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Piraquara, Laranjeiras do Sul, Maringá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Santo Antônio da Platina, São José dos Pinhais, Toledo, Umuarama, Cascavel e Londrina. Na imagem a seguir, observamos no mapa do Paraná os CENSES e as casas de semiliberdade divididos em três regiões.

Figura 5 - Mapa do Paraná expondo a localização dos CENSES e Casas de Semiliberdade do estado



Fonte: Paraná (2017).

No relatório de 2017, menciona-se que 1.158 adolescentes cumpriam alguma medida socioeducativa no Paraná. No quadro a seguir, observamos esses dados divididos em três categorias: aqueles que se encontram em internação provisória (IP), internação (I) ou em semiliberdade (SL). Além disso, visualizamos nesse quadro a capacidade de acordo com a localidade. É notável que a predominância dos adolescentes é do sexo masculino, e somente quatro municípios têm unidades que atendem a mulheres, mas não diferenciam os seus dados com relação ao sexo, apenas indicam a totalidade daqueles que cumprem medidas socioeducativas de forma geral.

Quadro 5 - Informações de 2017, dos menores infratores que se encontram em cárcere, no Paraná

REGIÃO	MUNICÍPIO	UNIDADE	SEXO	CAPACIDADE INSTALADA			
				IP	I	SL	TOTAL
Região 1 419 vagas	Ponta Grossa	Cense de Ponta Grossa	M F	32	56	0	88
	Ponta Grossa	Semi Masculina de Ponta Grossa	M	0	0	18	18
	Curitiba	Cense Curitiba	M F	100	0	0	100
	Curitiba	Cense Joana Miguel Richa	F	0	30	0	30
	Curitiba	Semi Feminina de Curitiba	F	0	0	7	7
	Curitiba	Semi Masculina de Curitiba	M	0	0	18	18
	Fazenda Rio Grande	Cense Fazenda Rio Grande	M	0	30	0	30
	Piraquara	Cense São Francisco	M	0	60	0	60
	São José dos Pinhais	Cense São José dos Pinhais	M	28	50	0	78
Região 2 367 vagas	Paranavaí	Cense Paranavaí	M	8	20	0	28
	Paranavaí	Semi Masculina de Paranavaí	M	0	0	18	18
	Umuarama	Cense de Umuarama	M	4	13	0	17
	Umuarama	Semi Masculina de Umuarama	M	0	0	18	18
	Londrina	Cense 1 de Londrina	M F	82	0	0	82
	Londrina	Cense 2 de Londrina	M	0	60	0	60
	Londrina	Semi Masculina de Londrina	M	0	0	18	18
	Maringá	Cense de Maringá	M	20	66	0	86
	Santo Antônio da Platina	Cense de Santo Antônio da Platina	M	10	10	0	20
	Campo Mourão	Cense Campo Mourão	M	5	15	0	20
Região 3 419 vagas	Cascavel	Cense 1 de Cascavel	M	20	0	0	20
	Cascavel	Cense 2 de Cascavel	M	0	78	0	78
	Cascavel	Semi Masculina de Cascavel	M	0	0	18	18
	Foz do Iguaçu	Cense Foz do Iguaçu	M F	43	54	0	97
	Foz do Iguaçu	Semi Masculina de Foz do Iguaçu	M	0	0	18	18
	Toledo	Cense de Toledo	M	10	15	0	25
	Pato Branco	Cense de Pato Branco	M	5	13	0	18
	Laranjeiras do Sul	Cense Laranjeiras do Sul	M	10	78	0	88
TOTAL DA CAPACIDADE INSTALADA				377	648	133	1158

Fonte: Paraná (2017).

Constatamos, no Quadro 5, que alguns municípios disponibilizam dois CENSEs ou casas de semiliberdade. Há uma predominância do sexo masculino, e as unidades que atendem a menores do sexo feminino estão localizadas praticamente em uma unidade por região, com exceção da região um, com duas

unidades destinadas às mulheres. Essa realidade evidencia uma diferença de gênero no contexto de cárcere, uma vez que o sexo masculino é predominante nas unidades socioeducativas do Paraná, como se observa no gráfico mais adiante.

No livro divulgado em julho de 2021 - *Socioeducação do Paraná na pandemia: desafios e legados* – (CARVALHO *et al.*, 2021), observamos alguns números gerais relacionados à capacidade e à ocupação dos locais que acolhem jovens infratores. As informações evidenciam os números de acordo com os meses, mas não especificam a ocupação em cada unidade ou mesmo o sexo dos adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas.

Quadro 6 - Balanço de vagas disponíveis e de ocupação

Meses	Total de Vagas Disponíveis	Ocupação
Janeiro	976	759
Fevereiro	974	780
Março	969	458
Abril	969	139
Maiο	614	430
Junho	614	465
Julho	558	463
Agosto	558	451
Setembro	559	444
Outubro	559	464
Novembro	559	466
Dezembro	559	443

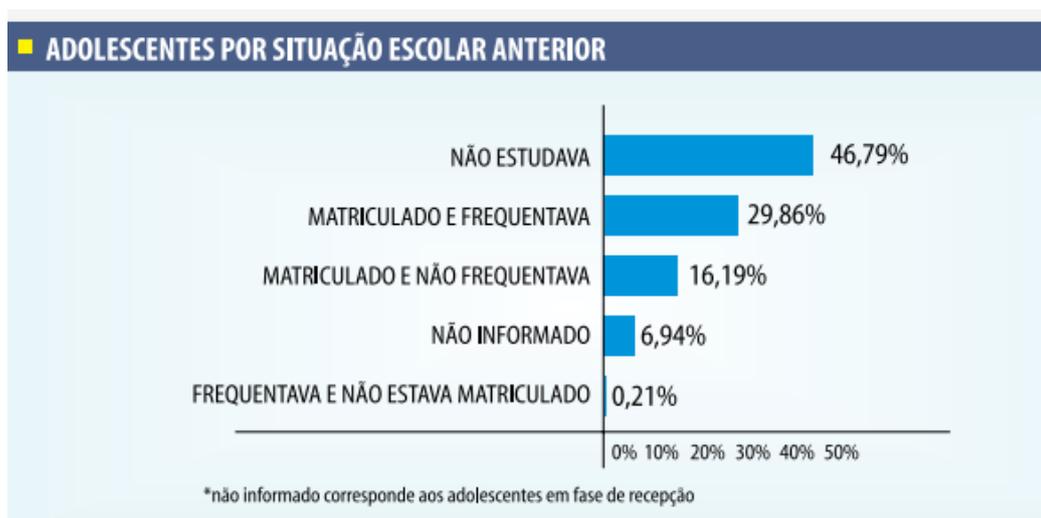
Fonte: Carvalho *et al.* (2021).

As Unidades Socioeducativas do Paraná oferecem, durante o período de internação, um programa que tem por objetivo garantir a escolarização dos sujeitos que cumprem medidas socioeducativas (PROEDUSE). Durante a internação, todos devem estar matriculados em um dos níveis do ensino básico. Depois que concluem o tempo de reclusão, o programa orienta e reestabelece o

contato no meio escolar em outra modalidade de ensino, quando o sujeito voltar à sociedade.

No Relatório do DEASE de 2016, há indicativos da escolaridade dos adolescentes. Como observamos na Figura 6, cerca de 46,79% se encontravam fora do ambiente escolar quando foram reclusos. A pesquisa evidenciou apenas os números, mas não deu mais detalhes sobre o motivo dessa evasão escolar.

Figura 6 - Situação educacional dos adolescentes reclusos, em 2016



Fonte: Paraná (2016).

A modalidade de ensino ofertada nos CENSEs é a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além das aulas no ensino regular formal, os adolescentes recebem oficinas e cursos profissionalizantes com o objetivo de alcançar novas habilidades e conhecimentos profissionais. De acordo com o SINASE, durante o período de reclusão, o menor infrator necessita ter acesso a cinco elementos básicos: saúde, assistência social, educação, capacitação para a função do trabalho, esporte e cultura.

Ressaltados aspectos importantes sobre as medidas socioeducacionais no Paraná, a seguir, discorreremos sobre os reflexos da pandemia na socioeducação paranaense.

5.3 A CONJUNTURA PANDÊMICA E SEUS REFLEXOS NA SOCIOEDUCAÇÃO NO PARANÁ

Em 2020, a pandemia da covid-19 afetou a realidade dos CENSEs paranaenses, assim como todo o país precisou repensar os protocolos para assegurar a saúde dos adolescentes, dos funcionários das unidades e da sociedade. Em 18 de março de 2020, o Departamento de Atendimento Socioeducativo divulgou orientações gerais sobre momento pandêmico que se iniciava. Já nas primeiras palavras descritas, compreendemos a gravidade da situação que estava prestes a desolar o país:

Não custa reforçar que estamos vivenciando um período de extrema crise, uma verdadeira guerra, contra um inimigo desconhecido e invisível, portanto devemos estar preparados para o enfrentamento que for necessário. Nós que somos o braço do Estado perante a sociedade civil, temos o dever legal e moral de dar as soluções mais adequadas para todas as questões apresentadas, sob pena de sermos responsabilizados pela omissão. Entendemos, portanto, que neste momento devemos dar prioridade absoluta às demandas que objetivem garantir a proteção integral da saúde dos adolescentes e servidores, deixando as demais questões para momentos oportunos, conforme o grau de necessidade. (PARANÁ, 2020a, p. 1).

As principais informações sobre a socioeducação durante a pandemia foram vinculadas apenas em breves reportagens e propagandas com pouca relevância as quais retratam projetos, mas sem muitas informações, ou vinculam melhorias que o governo está implementando, tornando assim essas notícias apenas fontes de propaganda para o próprio governo. Em um cenário pandêmico, por se tratar de um período ímpar na vida de todos, incluindo os sujeitos que cumprem medidas socioeducativas, as notícias publicadas poderiam fornecer mais informações relevantes e menos propagandas governamentais. Destacamos algumas manchetes a seguir:

Figura 7 - Reportagem de 2020, evidenciando uma propaganda em relação aos CENSES do Paraná

SOCIOEDUCAÇÃO

Censes do Paraná são referência nos cuidados ao Covid-19 na gestão Ratinho Junior / Ney Leprevost

19/10/2020 - 16:54

Fonte: Paraná (2020d).

Figura 8 - Reportagem de 2020, para divulgar as doações de equipamentos individuais de proteção, durante a pandemia

SOCIOEDUCAÇÃO

Unidades Socioeducativas do Paraná recebem doações de máscaras e EPI's durante a pandemia

16/09/2020 - 15:23

Fonte: Paraná (2020f).

Quando analisamos o cenário do estado do Paraná, em meio a um acontecimento pandêmico, vivenciamos um período de isolamento social e restrições impostas para tentar controlar a proliferação do novo Coronavírus. As mídias auxiliam no levantamento e na apresentação de informações para a população, e acabam colaborando na compreensão e na leitura da sociedade com relação aos contextos e assuntos.

Ao observarmos as manchetes das reportagens disponibilizadas no site do governo paranaense, é possível notar que as propagandas relacionadas às ações governamentais se sobressaem às informações relevantes, as quais praticamente não existem nas reportagens atuais. No decorrer da pesquisa em endereços eletrônicos, observamos que os dados estão desatualizados pela falta de informações recentes, inclusive, a quantidade e o perfil dos adolescentes que atualmente cumprem medidas socioeducativas. Entretanto, matérias com propagandas governamentais são constantemente divulgadas, o que demonstra

que nem um discurso é neutro, mas carregado de ideologias e de concepções. É uma forma de promover não o Estado, mas os políticos que o fazem.

Além da dificuldade em encontrar informações nos endereços eletrônicos, evidenciamos impasses para realizar um levantamento desses dados. Como esta pesquisa foi desenvolvida durante a pandemia, não foi possível realizar uma pesquisa em campo; assim, foi necessário recorrer ao site oficial da socioeducação no Paraná.

Na tentativa de nos comunicarmos com alguém que pudesse nos responder, encontramos o espaço denominado como “contato”, preenchemos algumas informações pessoais, escrevendo também o motivo do contato, mas não obtivemos resposta. Optamos, então, na comunicação por meio da ouvidoria. Quem nos atendeu disse que informações só são repassadas depois da aprovação de projetos acadêmicos, por meio de um processo burocrático. Entendemos que algumas informações são restritivas, entretanto, há questões que deveriam ser disponibilizadas de forma rápida, para todos aqueles que se interessarem, por exemplo, o número de adolescentes atendidos no momento. Por ser um dado que oscila muito, o processo burocrático prejudicaria a precisão do real número de adolescentes quando foi solicitado.

Como não é possível saber com clareza como está a demanda dos adolescentes nos CENSEs e como a lotação desses espaços nesse contexto de pandemia, não é possível afirmar que a socioeducação do Paraná deve ser vista como um modelo e exemplo nacional de referência. Quais foram as ações relacionadas à estrutura, ao espaço e à capacidade oferecida no contexto pandêmico?

Em meados de julho de 2021, o Departamento de Atendimento Socioeducativo, juntamente com o governo do estado do Paraná lançaram um e-book intitulado como *Socioeducação do Paraná na Pandemia: desafios e legados*, organizado por Carvalho *et al.* (2021) e escrito por diferentes autores. O livro tem por objetivo relatar informações e ações durante o acontecimento pandêmico nos CENSEs do estado. Foi somente a partir dessa obra que tivemos acesso a algumas informações que não estão disponíveis à população em geral. Os diversos autores dessa obra estão de alguma forma relacionados à socioeducação. O livro tem 29

capítulos, divididos em quatro seções, com os seguintes títulos: Primeiros passos de enfrentamento a pandemia; Monitoramento e avaliação do sistema; Boas práticas; e Assuntos transversais e/ou correlatos.

As reflexões e descrições apresentadas têm como objetivo geral a produção escrita relacionada às vivências enfrentadas durante a pandemia na socioeducação, no Paraná. Os objetivos específicos da obra são: registrar as deliberações e as ações que foram realizadas no período de monitoramento e enfrentamento da covid-19; proporcionar aos atores do sistema socioeducativo uma obra de registro com experiências que estivessem vinculadas à proteção integral a crianças e adolescentes, direitos humanos e ressocialização; e possibilitar a oportunidade para que convidados participassem nesse registro público (CARVALHO *et al.*, 2021).

Em meio à pandemia, houve a necessidade de pensar as medidas que deveriam ser aplicadas em um cenário de cárcere. Assim, criou-se um Comitê Interinstitucional de Acompanhamento das Medidas Preventivas à Pandemia da covid-19, no âmbito da socioeducação. Tal comissão foi

[...] estabelecida pela Recomendação 62/2020, do Conselho Nacional da Justiça, e pela Recomendação Conjunta 01/2020, do Tribunal de Justiça do Paraná –, foi fundamental para orientar e monitorar medidas aplicadas nos Centros de Socioeducação do Estado do Paraná (Censes) neste período pandêmico (LEPREVOST, 2021, p.11).

O Comitê apresentou as principais disposições que foram realizadas na socioeducação durante o período emergencial no Estado. Destacamos, a seguir, a ordem das ações.

Quadro 7 - Principais disposições do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento da covid-19 do Estado do Paraná no âmbito da Socioeducação

Data reunião	Destaques das Ações e Deliberações do Comitê
08/04/2020	Criação do Comitê – Portaria Conjunta CONSIJ-CIJ/GMF nº 01/2020.
15/04/2020	Discussão e aprovação da Recomendação Conjunta nº 01/2020.
23/04/2020	Discussão para elaboração da Portaria nº 02/2020-DEASE/SEJUF/PR.
29/04/2020	Prorrogação da suspensão das medidas em meio aberto;
	Aprovação do Manual de Fluxo, Manejo, Proteção e prevenção - Covid-19 e Socioeducação (proposto pelo DEASE);
	Pactuação sobre Boletim diário de vagas a ser apresentado pelo DEASE ao Comitê.
06/05/2020	Expedição de comunicações para o Delegado Chefe da Polícia Civil, assim como para os magistrados do Estado do Paraná sobre os cuidados com a remoção de adolescentes apreendidos em delegacias e carceragens do Estado do Paraná;
	Criação do “hotsite” junto ao site do TJ, para publicação das ações do Comitê - https://coronavirus.tjpr.jus.br/infancia-e-juventude
13/05/2020	Orientação quanto à observação e fiscalização nas unidades de internação a fim de verificar a aplicação dos fluxos definidos pelo DEASE, inclusive com a participação dos magistrados na fiscalização, no momento das inspeções;
21/05/2020	Gestão junto à Secretaria de Saúde quanto ao pedido de testagem prioritária nos ambientes socioeducativos e articulação com as redes de saúde municipais para criação de fluxos específicos para as unidades socioeducativas;
28/05/2020	Apresentação do Plano de ações nas áreas de educação e aprendizagem para a retomada das atividades pedagógicas dentro dos Censes;
	Avaliação para retorno das medidas em meio aberto - Discussão que concluiu sobre a autonomia dos Municípios em matéria de saúde, bem como na execução das medidas socioeducativas em meio aberto, e bem assim a diversidade de situações de risco em todo o Estado em relação ao contágio pela infecção.
04/06/2020	Aprovada a Nota de Orientação para o retorno do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, indicando a elaboração de um plano de retomada, pensado em parceria com a autoridade sanitária local e dialogado com os demais atores do sistema socioeducativo municipal.
	Comunicado sobre o início dos círculos de apoio e cuidado para os trabalhadores da socioeducação, uma ação em parceria do TJ-PR e DEASE.
18/06, 09/07 e 15/07/2020	Discussões sobre o aumento crescente do número de internações e necessidade de adequação do funcionamento da medida de semiliberdade, resultando na elaboração conjunta da Nota Técnica nº 01/2020.
30/07/2020	Ofício direcionado à comissão estadual do CEDCA reforçando destinação de verba para as ações de prevenção ao covid-19 na socioeducação.
	Criado Grupo de Trabalho para coleta de estatísticas de atos infracionais no Estado do Paraná a partir de janeiro de 2019 com destaque comparativo no período de março a julho de 2020.
06/08/2020	Presença e participação da SESA com esclarecimentos e estabelecimento de fluxos aos servidores sintomáticos, de modo que a SESA seja avisada, e por meio de sua regional, seja coletado e feito o teste, em razão do caráter de profissional essencial dos profissionais envolvidos na socioeducação.
13/08/2020	Representante da SESP apresentou o levantamento dos dados extraídos sobre os atos infracionais, com recorte de janeiro de 2019 a julho de 2020 e explicou sobre alguns dos números apresentados, destacando a diminuição dos números de ocorrências no período de pandemia,
	Aprovação da proposta da elaboração de um E-book para que se fale do legado da socioeducação em tempos de pandemia no Estado do Paraná.
	Apoio do Comitê no Projeto Fazendo Justiça do CNJ, no que tange a realização de projeto piloto de audiências concentradas na Socioeducação na Comarca de Londrina.
27/08/2020	SESP apresentou dados extraídos do quantitativo de atos (crimes) praticados pelos adultos em comparação com os dados dos atos infracionais praticados pelos adolescentes no período de janeiro de 2019 a julho de 2020; TJ apresentou dados do PROJUDI sobre os adolescentes em conflito com a lei, e assim como os dados da Polícia Civil, os números demonstram uma sensível queda dos atos infracionais; O comitê compreendeu a importância de seguir aperfeiçoando a coleta e análise de dados.
	Discussão e Aprovação da Nota Técnica nº 02/2020.
10/09/2020	Apreciação da Resolução 330/2020 do CNJ – providências para o apoio institucional do TJ-PR, MPPR, Defensoria e OAB para a realização das audiências de forma virtual.

08/10 e 22/10/2020	Apoio do Comitê para gestão junto à SEED em relação ao retorno presencial dos profissionais do PROEDUSE, mesmo que em escala mínima e escalonada, com todas as medidas de segurança. Na semana seguinte, a SEED editou a Instrução Normativa nº 007/2020 – SEED/DEDUC estabelecendo sobre a organização da oferta educacional de atividades de apoio pedagógico presenciais, em regime de escala e combinada com teletrabalho nas unidades que atendem os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação e internação provisória.
	A SESA reafirma o posicionamento de sua Resolução 1268/2020, que pertinente à socioeducação, mantém a suspensão das visitas nas unidades, ficando esclarecido que a suspensão é das visitas e não das atividades propostas pelo DEASE; Comitê encaminhará a referida resolução ao conhecimento dos magistrados e promotores de justiça.
	O Grupo de Trabalho interno sobre estatísticas, com os dados atualizados até setembro de 2020, elaborou um cronograma de divulgação para a imprensa, em três etapas, que são: 1ª- Destaque para os índices reduzidos das práticas de atos infracionais e a predominância de atos não violentos no período pandêmico, também comparados pelos crimes praticados por adultos; 2ª - Dados e práticas do DEASE no período pandêmico, controle das vagas, plano de contingência; 3ª – Divulgação de boas práticas com objetivo de mostrar à sociedade o caráter pedagógico das medidas socioeducativas. Aguarda-se produção e avaliação dos releases para divulgação.
19/11/2020	Discussão e sugestão de nota técnica ou instrução normativa com parâmetros de atividades para aproximar os adolescentes de suas famílias neste fim de ano, respeitando-se a Resolução 1268/2020 da SESA, considerando-se ainda incluir também um reforço de orientação e atenção quanto à revisão das medidas.
10/12/2020	Aprovação da Nota Técnica nº 03/2020 – reforça Nota Técnica 01/2020 e orienta para a realização das audiências concentradas de forma online.

Fonte: Fioravante e Silva (2021, p. 27-29).

Com relação à socioeducação no estado do Paraná, no dia 18 de março de 2020, a SEJUF e o DEAESE publicaram a Portaria nº01/2020, que apresentava algumas medidas para um plano de contingência e prevenção ao vírus. As ações demonstravam a preocupação do Estado para garantir a integridade do adolescente, visto que é obrigação governamental assegurar-lhe a saúde, a integridade e todos os demais direitos durante o período de internação. No dia 06 de maio de 2020, publicou-se a Portaria nº02/2020 com informações mais específicas, inclusive denominando unidades sentinelas para receber casos de adolescentes sintomáticos. Um modelo de estrutura estava sendo pensado para casos que necessitassem de isolamento por contaminação.

Na portaria nº03/2020, de 21 de maio de 2020, no anexo II constava uma ficha para adolescentes que ingressassem em uma unidade socioeducativa do Paraná. Essa ficha contemplava dados pessoais e informações sobre a saúde do adolescente, como observamos a seguir:

Figura 9 - Ficha de Monitoramento de Adolescente Assintomático – covid-19

FICHA DE MONITORAMENTO ADOLESCENTE ASSINTOMÁTICO - COVID-19														
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adolescente assintomático ao ingressar na Internação Provisória: permanecer em isolamento por 14 dias. ✓ Adolescente assintomático que, após cumprimento da internação provisória, é encaminhado para Unidade de Internação: permanecer em isolamento na unidade de internação por 7 dias. ✓ O monitoramento deverá ocorrer pela equipe de saúde a cada 24 horas, até findar o período do isolamento. ✓ Observação: orientar o adolescente que a qualquer tempo, caso o adolescente apresente sintomas de febre, coriza, tosse, dor de garganta e/ou dificuldade pra respirar, ele deverá comunicar imediatamente ao agente de segurança socioeducativo. 														
IDENTIFICAÇÃO														
Nome: _____														
Data de nascimento: ____/____/____				Idade: _____				Sexo: _____						
RG: _____				CPF: _____										
Cartão Nacional de Saúde (CNS) / Cartão SUS: _____														
Nome da mãe: _____														
Endereço: _____						Bairro: _____								
Telefone: _____				Município: _____				CEP: _____						
Data de entrada na Unidade Socioeducativa: ____/____/____														
Origem: () Unidade Socioeducativa				Se sim, qual?										
() Delegacia				Se sim, qual município?										
() Hospital				Se sim, qual?										
() Outros – Especificar: _____														
DADOS CLÍNICOS														
Data e horário da avaliação pela equipe de saúde: ____/____/____ ____:____														
Responsável pela Avaliação: (nome completo e categoria profissional) _____														
Teve contato com suspeito/confirmado para COVID-19?														
() SIM				() NÃO				() NÃO SOUBE INFORMAR						
Se sim, quem foi o contato? _____														
Gestante: () Sim				() Não				Se sim, quantas semanas? _____						
Comorbidades: () Sim				() Não				Especificar: _____						
Faz uso de medicamentos: () Sim				() Não				Especificar: _____						
DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO														
OBSERVAÇÕES														
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Preencher com N quando não houver sintomas e com S quando houver. ✓ Favor não deixar os campos em branco. ✓ Em caso de não preenchimento do campo, fazer um hífen: “-” ✓ Caso se tratar de adolescente em isolamento de 7 dias, fazer um hífen “-” nos dias de monitoramento 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14. 														
MONITORAMENTO ADOLESCENTES ASSINTOMÁTICOS														
Dia de Monitoramento	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14
Data														
Febre >=37,8°C														
Tosse														
Dor de garganta														
Mialgia e fadiga														
Rubrica do Profissional que realizou o monitoramento														
Outros sinais/sintomas (especificar): _____														

Fonte: Paraná (2020g).

A mesma portaria, em seu anexo III, apresentou outro modelo de ficha que deveria ser preenchida por adolescentes que apresentem casos confirmados para

FICHA DE MONITORAMENTO DE CASO SUSPEITO E/OU CONFIRMADO DA COVID-19			
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adolescente sintomático ao ingressar na Internação Provisória/Internação: permanecer em isolamento por 14 dias ou até alta médica. ✓ O monitoramento deverá ocorrer pela equipe de saúde a cada 24 horas, até findar o período do isolamento. ✓ Observação: orientar o adolescente que a qualquer tempo, caso o adolescente apresente sintomas de febre, coriza, tosse, dor de gargante e/ou dificuldade pra respirar, ele deverá comunicar imediatamente ao agente de segurança socioeducativo. 			
Unidade:		Telefone:	
IDENTIFICAÇÃO			
Nome: _____			
Data de nascimento: ____/____/____		Idade:	Sexo:
RG:		CPF:	
Cartão Nacional de Saúde (CNS) / Cartão SUS: _____			
Nome da mãe: _____			
Endereço:		Bairro:	
Telefone:		Município:	CEP:
Data de entrada na Unidade Socioeducativa: ____/____/____			
Origem: () Unidade Socioeducativa		Se sim, qual?	
() Delegacia		Se sim, qual município?	
() Hospital		Se sim, qual?	
() Outros – Especificar:		_____	
DADOS CLÍNICOS			
Data e horário da avaliação pela equipe de saúde: ____/____/____ ____:____			
Responsável pela Avaliação: (nome completo e categoria profissional)			

Gestante: () Sim		() Não	Se sim, quantas semanas?
Comorbidades:		() Sim	() Não Especificar:
Faz uso de medicamentos: () Sim		() Não	Especificar:
Data do Início dos sintomas: ____/____/____			
Tratando-se de caso suspeito e/ou confirmado da COVID-19, deverá ser comunicada a autoridade judiciária, através de ofício anexado nos autos do adolescente via PROJUDI e a Divisão de Saúde do			

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

DEASE via e-mail saudedease@sejuf.pr.gov.br	
Tratando-se de caso suspeito e/ou confirmado da COVID-19, deverá ser comunicada a Unidade Básica de Saúde (UBS) de Referência da Unidade Socioeducativa. Quando a comunicação precisar ocorrer fora do horário de atendimento da UBS, deverá ser comunicado o serviço de saúde responsável pelo atendimento aos casos da COVID-19 no município.	
Data e horário da informação à UBS de Referência: (ou serviço de saúde responsável pelos casos da COVID-19) ____/____/____ ____:____	
Profissional que recebeu a informação na UBS (nome completo e categoria profissional): 	
Número da notificação:	Data da notificação: ____/____/____
Necessário consulta na rede municipal de saúde;	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Prescrito Oseltamivir (Tamiflu):	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
Anotações referentes ao caso e/ou consultas e/ou prescrições médicas: 	
TESTAGEM	
Solicitação de testagem, junto a UBS ou serviço de saúde responsável pelos casos da COVID-19? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se sim, data da solicitação: ____/____/____	
Testagem realizada? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não Data da realização do teste: ____/____/____	
Data do resultado: ____/____/____ Resultado: <input type="checkbox"/> Positivo <input type="checkbox"/> Negativo	
Determinação judicial para realização da testagem para a COVID-19? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se sim, data da determinação: ____/____/____	
Testagem realizada? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> Não Data da realização do teste: ____/____/____	
Data do resultado: ____/____/____ Resultado: <input type="checkbox"/> Positivo <input type="checkbox"/> Negativo	
Anotações referentes à testagem: 	

Fonte: Paraná (2020g).

Caso os sintomas ficassem mais intensos durante as monitorações, a ficha ampliava as informações de acordo com outros sintomas e agravamentos que fossem constatados. A partir da análise das fichas, notamos que houve um acompanhamento da saúde dos adolescentes no período de reclusão, em meio à pandemia.

Durante a pesquisa, tivemos dificuldades para conseguir encontrar informações específicas sobre os casos assintomáticos e confirmados no estado.

A informação mais relevante, relacionada à saúde dos adolescentes que encontramos foi no e-book já mencionado (CARVALHO *et al.*, 2021), que evidenciou uma preocupação com ambientes fechados, como o espaço de reclusão:

Não obstante todas as medidas de prevenção adotadas, a taxa oficial de contágio da Covid-19 no sistema socioeducativo paranaense é superior à da população global do estado, em termos proporcionais. Segundo Boletim Semanal de Monitoramento, publicado pelo CNJ em 02 de dezembro de 2020, 18 adolescentes privados de liberdade no Paraná haviam contraído coronavírus⁴², ou seja, aproximadamente 2,89 adolescentes contaminados para cada 100, dado o número de vagas disponíveis (622). Por outro lado, o Boletim Epidemiológico, publicado pela Secretaria Estadual de Saúde na mesma data, apontou um total de 285.837 casos confirmados até então 43 -aproximadamente 2,48 casos de contaminação a cada 100 pessoas. A diferença é pequena, mas aponta um perigo sanitário maior em ambientes de confinamento – o que afasta a ideia de que unidades de confinamento seriam lugares potencialmente mais seguros em termos sanitários – isso não se mostrou verdadeiro em nenhuma instituição, nem mesmo nos centros de socioeducação paranaenses. (MÜLLER; BENATTI, 2021, p. 55).

O trecho em destaque nos remete a uma importante reflexão. Para alguns, o ambiente de reclusão poderia ser visto como um lugar seguro em meio à pandemia de um vírus contagioso, tendo em vista o pouco contato que se têm com pessoas de ambientes externos. Entretanto, nas Unidades de Socioeducação, essa concepção mostrou-se infundada a partir do levantamento de dados de contaminação populacional.

Ao finalizar esta seção, notamos que o Estado expressa interesse em assegurar direitos aos adolescentes que estão em internamento, em meio ao acontecimento pandêmico, todavia, não é capaz de garantir políticas públicas eficientes que impeçam esses menores de adentrar à criminalidade. O internamento se transforma em cárcere. A garantia de políticas igualitárias e eficazes para todos na sociedade não é prioridade do Estado para o sujeito livre ou recluso. No caso do adolescente que cumpre medida socioeducativa pela insuficiência do Estado, o internamento se transforma em cárcere, considerando que “[...]a implementação de políticas são amplamente produto de conflitos em torno do destino de recursos e de bens públicos limitados, ocupando um espectro amplo de negociações e de formação de consenso, mesmo que provisórios.”

(SPOSITO; CARRANO, 2003, p.17).

Em 2006, houve a publicação do Relatório Caravanas, que apresenta um estudo detalhado sobre visitas nos CENSEs de 22 estados brasileiros e no Distrito Federal. A partir desses relatos, notamos o quanto o internamento do menor infrator se assemelha ao cárcere comum. A estrutura mostrou-se precária, o acesso à educação insuficiente, um espaço marcado por opressão e violência. O local destinado a ressocialização é, por vezes, limitado a uma prisão, como se observa neste excerto do documento:

Quando se encaminha um adolescente que cometeu um ato infracional (conduta descrita como crime) para cumprimento de uma medida sócio-educativa de privação de liberdade, supõe-se que o Estado está pretendendo fornecer a este jovem um novo modelo para resolução de conflitos que possa ser-lhe útil em sua reinserção social. Infelizmente não foi isto que a Inspeção constatou em muitas Unidades de Internação de adolescentes em conflito com a lei. Das 30 unidades visitadas, em 17 delas (56,66%) a comissão da OAB/CFP recebeu reclamações explícitas de espancamentos. Em muitas destas, os integrantes das comissões puderam observar lesões (hematomas, inchaços, cortes) produzidos pelos espancamentos. Os adolescentes acusaram os educadores sociais ou policiais militares que entram nas Unidades por estes maus-tratos. (RELATÓRIO CRAVANAS, 2006, p. 115).

Apresentamos nessa seção reflexões sobre socioeducação em âmbito nacional e posteriormente no estado do Paraná, analisando-se as resoluções governamentais estabelecidas em função da pandemia da covid-19. A seguir, na próxima seção, tecemos as considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desse trabalho resultam de uma investigação de um período de dois anos e meio. A composição deste estudo buscou construir um conjunto de reflexões a respeito da socioeducação, sobre a perspectiva da leitura social em meio a um acontecimento pandêmico. Ao concluir este estudo, refletimos com base em duas perspectivas: a pessoal, estabelecida pelas minhas próprias relações com a pesquisa, levando em consideração a leitura de mundo que fui tecendo durante a vida, e a científica e social, que resulta das questões que buscamos responder por meio de referenciais bibliográficos e documentais.

Pesquisar sobre a leitura no seu sentido social e amplo de reflexão nos fez analisar ainda mais os aspectos sobre a nossa própria vida e a leitura que fazemos da nossa realidade. Apontamos a leitura como um instrumento de libertação social, na perspectiva de ler o mundo antes de decodificar as palavras (FREIRE, 1982), destacando-se a importância das experiências vivenciadas na construção do sujeito, como cidadão que sabe ler e compreender os aspectos políticos e sociais. No panorama da conjuntura, em meio à pandemia, a ausência da leitura crítica acentuou a ignorância e evidenciou a alienação e a desinformação.

Diante de tantos cenários a serem discutidos, enfatizamos neste trabalho o cárcere, vivenciado no ambiente da socioeducação por adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Buscamos analisar aspectos da leitura que esses menores têm da sua própria realidade, assim como as condições de proteção e de amparo que o Estado e a sociedade têm com eles.

Com auxílio da análise de conjuntura (SOUZA, 2014), investigamos e refletimos alguns aspectos das categorias que compõem a conjuntura atual, na intenção de compreender qual a leitura social dos documentos e da sociedade em relação aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, em um ambiente de cárcere. Durante a discussão sobre a conjuntura atual no país, foi necessário destacar alguns aspectos a respeito da nossa sociedade e da sua realidade desigual, com políticas públicas insuficientes que não garantam o bem-estar da população.

A partir dos nossos questionamentos iniciais, entendemos que a nossa leitura da conjuntura perpassa diferentes considerações. Há a contradição de um Estado capitalista, que está fortemente vinculado à aquisição de bens, em meio a uma população desempregada que busca condições mínimas para a sobrevivência. Essa realidade perturbadora não é lida corretamente na maioria das vezes por aqueles que a vivenciam, por isso, defendemos a necessidade da leitura social como condição de libertação de ideologias e preconceitos já estabelecidos. A sociedade vivenciou a pandemia causada por um vírus, juntamente com a pandemia da desinformação, marcada por um contexto de notícias falsas e um governo omissivo e negacionista.

A partir dos documentos que norteiam a socioeducação, observamos um avanço da legislação direcionada à proteção do menor ao longo dos anos. Atualmente, há uma preocupação em oferecer condições para a formação do cidadão em seu meio social. Todavia, a leitura apresentada nos documentos ainda não retrata a realidade, uma vez que as políticas públicas de proteção, de saúde, de educação e de segurança não são totalmente contempladas em nosso país.

Durante a análise documental relacionada ao período pandêmico, destacamos algumas portarias e resoluções que evidenciavam a preocupação de uma contaminação pelo Coronavírus no ambiente de cárcere. É evidente que houve um planejamento e um plano de contingência para garantir a preservação da saúde dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas nas Unidades de Socioeducação. Entretanto, a percepção que tivemos ao analisar os documentos é de que os aspectos de segurança ficaram voltados para a saúde física, deixando de contemplar de forma significativa a saúde mental dos menores. No decorrer da investigação, encontramos reportagens que apresentavam alguns projetos durante a pandemia, tais como videochamadas com os familiares, porém, não há maiores detalhes de como e por quanto tempo isso ocorreu e se houve alternativas diferenciadas.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender a leitura social que o Estado e a sociedade realizam dos adolescentes que se encontram em cárcere. Ao longo do estudo, ficou evidente o preconceito e os estigmas já enraizados com relação a esses atores, demonstrando o quanto a ausência da leitura social interfere na visão

sobre esses sujeitos. Para a sociedade, a criminalidade é vista apenas como uma escolha, o que desconsidera todos os aspectos sociais que levam o sujeito a adentrar ao mundo do crime.

O Estado é incoerente, pois anuncia em seus dispositivos legais que protegerá o adolescente durante o período de reclusão; todavia, não se mostra capaz de disponibilizar condições que assegurem a efetivação de políticas públicas para que esse menor não ingresse na criminalidade. A falta de direitos assegurados, a carência de bens materiais e a revolta pelas injustiças sociais contribuem de forma negativa para um desenvolvimento do cidadão. A leitura que esse adolescente faz da própria vida reflete aquilo que está ao seu redor. Se ele enxerga no crime uma oportunidade, de alguma forma, a sua vida já foi acometida de alguma forma.

A socioeducação promete a ressocialização desses sujeitos para o convívio em sociedade. O ECA, documento considerado um marco histórico na conquista dos direitos de crianças e adolescentes, contempla aspectos relevantes para assegurar a proteção integral na construção do cidadão. Já o SINASE tem uma composição específica para os menores que cometem atos infracionais, definindo medidas socioeducativas para o cumprimento da pena e da readaptação desse sujeito na sociedade. O documento abrange como deve ocorrer esse processo, assim como determina as medidas socioeducativas de acordo com os atos infracionais cometidos.

Mesmo que a promessa seja a de fornecer um ambiente de proteção, um espaço adequado que garanta um processo educativo e que seja capaz de ressocializar, ainda sim é um espaço de cárcere, estigmatizado e com limitações consideráveis. Entre a legislação e a realidade pode ocorrer uma grande contradição, que vai depender: da estruturação desse espaço, do suporte do Estado, de profissionais capacitados, do acompanhamento pedagógico e psicológico e de oficinas profissionalizantes que disponibilizem para o menor uma instrução profissional para o futuro. Documentos bem escritos não garantem por si só uma execução edificante e transformadora.

A partir das visitas do grupo Caravanas nos CENSEs de diversos estados do Brasil, observamos que o internamento previsto em lei, que deveria ser

ressocializador, na prática é limitado a um ambiente de cárcere precário e desumano. Infelizmente, a lei não condiz com a realidade vivenciada pelos menores que se encontram reclusos.

Ao analisarmos aspectos da socioeducação do estado do Paraná, encontramos, na maioria das vezes, notícias que enfatizavam propagandas do próprio governo e não ações efetivas para o menor que está cumprindo medidas socioeducativas. A falta de transparência nas ações governamentais pode demonstrar uma superficialidade voltada somente para a autopromoção do governo, de acordo com observamos nos endereços eletrônicos oficiais do estado do Paraná.

A ideia de estar seguro, bem e livre em meio a um ambiente de cárcere é discordante. A leitura que o Estado faz é delimitada, enxerga no cárcere uma solução para um problema estrutural da própria sociedade. A intenção é transformar o sujeito, fazendo com que esse desconsidere a sua trajetória e assuma, ilusoriamente, uma vida nova de agora em diante. O trabalho deveria ser voltado primeiramente para a construção de uma sociedade que fosse pautada na igualdade e no acesso a políticas públicas eficazes para todos. A partir disso, o trabalho poderia ser desenvolvido levando-se em consideração as particularidades de cada sujeito, para cada que cada um reconheça a sua história e aprenda com ela, realizando uma leitura dos acertos e dos erros ao longo da vida.

Diante das questões levantadas, é preciso evidenciar a necessidade de políticas públicas eficazes que garantam direitos para toda a população, mas especialmente para as crianças e os adolescentes que estão em plena fase de desenvolvimento físico e intelectual

Discutir acerca da leitura social, em uma conjuntura marcada por uma pandemia, só evidenciou o quanto a criticidade é necessária a todos. Saber ler a própria história e os aspectos que regem a sociedade é essencial para a construção do cidadão, independentemente da sua idade o do seu lugar de origem. Na rua ou no cárcere, a leitura social é um instrumento de libertação.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: questões de teoria e de método. **Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 29-35, 2005. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/72>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BARROS, B. W. Sete perguntas que ajudam a entender as mortes violentas intencionais no Brasil. *In*: FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021, p. 36-74. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BISINOTO, C. O. *et al.* Socioeducação: Origem, Significado E Implicações Para O Atendimento Socioeducativo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28456#:~:text=Partindo%20da%20concep%C3%A7%C3%A3o%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o,com%20as%20regras%20%C3%A9ticas%20e>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo SINASE**. Brasília: SEDH/CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2019**. Brasília: IPEA; FBSP, 2019a.
BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. O que é a covid-19? **Gov.br/saúde**, 02 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus#:~:text=O%20SARS%2DCoV%2D2%20%C3%A9,China%2C%20em%20dezembro%20de%202019>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para aperfeiçoar o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), por meio do

estabelecimento de rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.154-de-26-de-maio-de-2021-322209993>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CARVALHO, M. B. de. *et al.* (orgs.). **Socioeducação do Paraná na pandemia: desafios e legados**. 1. ed. Curitiba: Departamento de Atendimento Socioeducativo, 2021. E-book.

DANTAS, Doneves Fernandes. **Leitura crítica: um caminho para a ressocialização**. 2018. 229f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - PROFLETRAS), Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil. 2018.

DASSILVA, J. Fake New. NSC Total, 08 de outubro de 2021. **Disponível em:** <https://www.nsc total.com.br/noticias/charge-do-ze-dasilva-fake-news>. Acesso em: 15 jan. 2022.

AURINO, A. L. B. et al. (orgs.). **Defesa, abandono e acolhimento de crianças e adolescentes: o paradoxo do estado (des) protetor**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FIORAVANTE, A. P.; SILVA, K. H. Comitê interinstitucional de acompanhamento das medidas preventivas à pandemia covid/19 no âmbito da socioeducação do Paraná: uma análise sobre sua atuação. *In:* CARVALHO, M. B. de. *et al.* (orgs.). **Socioeducação do Paraná na pandemia: desafios e legados**. 1. ed. Curitiba: Departamento de Atendimento Socioeducativo, 2021, p. 22-46. E-book.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 8.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

FREIRE, P. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Educar para transformar**. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2021**. São Paulo: FBSP, 2021, p. 36-74. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GAMBOA, S. A. S. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. **Contrapontos**, Itajaí, v. 3, n. 3, p. 393-405, 2003. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/735/586>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GATTI, B. A. **Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas - PUC/SP, 2001.

LATTUF, C. Charge Solidária. **Rio on Watch**, 19 de março de 2021. Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=54061>. Acesso em: 15 jan. 2022.

LIBERATI, W. D. **Adolescente e Ato Infracional** – medida socioeducativa e pena? São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

LEPREVOST, N. Palavras do Secretário de Justiça, Família e trabalho do Paraná. *In: CARVALHO, M. B. de. et al. (orgs.). Socioeducação do Paraná na pandemia: desafios e legados*. 1. ed. Curitiba: Departamento de Atendimento Socioeducativo, 2021, p. 11. E-book.

MARX, Karl. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “**O rei da Prússia e a reforma social**” de um prussiano. Trad.: Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MATTA, G.C. *et al.* (orgs.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021.

MENEGASSI, R. J.; ANGELO, C. M. P. Conceitos de leitura. *In: MENEGASSI, R. J. Leitura e ensino*. Maringá: EDUEM, 2010, p. 15-43.

MOCELIN, M. R. **Adolescência em conflito com a lei: socioeducação no Paraná**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

MOCELIN, M. R. **Adolescência em conflito com a lei ou a lei em conflito com a adolescência: a socioeducação em questão**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

MOCELIN, M.R.; FERREIRA, S.N.C. **Adolescência em conflito com a lei ou a lei em conflito com a adolescência: a socioeducação em questão**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2016, p. 33-45.

MOREIRA, M. A. A.; ALMEIDA, V. G. Descolonizando a Justiça, Democratizando a Informação: apontamentos sobre cárcere e bibliotecas prisionais. **Folha de Rosto**, v. 7, n. 1, p. 48-84, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/670>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2.ed. 2008.

MÜLLER, B; BENATTI, G. O. B. A atuação da defensoria pública do estado do Paraná no sistema socioeducativo durante a pandemia de covid-19. *In: CARVALHO, M. B. de. et al. (orgs.). Socioeducação do Paraná na pandemia: desafios e legados*. 1. ed. Curitiba: Departamento de Atendimento Socioeducativo, 2021, p. 47-58. E-book.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, R.Q.G.L. **Experiências de leitura em espaços de crise**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade de Cuiabá, Cuiabá, 2019.

OMS/OPAS. Organização Mundial da Saúde. Organização Panamericana da Saúde. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19: KIT de ferramentas de transformação digital, ferramentas de conhecimento. Brasil: OMS/OPAS, 2021. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52054/Factsheet-Infodemic_por.pdf?sequence=16. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Socioeducação: adolescentes em conflito com a lei**. Curitiba: CONSIJ-PR/TJPR, 2012. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/tj_pr/consij_pr_socioeducacao_2012.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Departamento de Atendimento Socioeducativo. **Relatório de ações departamento de atendimento socioeducativo paraná**. Curitiba: SEJU, 2015. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sinase/relatorio_dease_pr_2015.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Departamento de Atendimento Socioeducativo. **Relatório de ações departamento de atendimento socioeducativo paraná**. Curitiba: SEJU, 2016. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sinase/relatorio_dease_pr_2016.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Departamento de Atendimento Socioeducativo. **Relatório de ações departamento de atendimento socioeducativo paraná**. Curitiba: SEJU, 2017. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sinase/relatorio_dease_pr_2017.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Departamento de Atendimento Socioeducativo. **Portaria nº1/2020, de 18 de março de 2020**. Institui e adota medidas e providências como Plano de Contingência de Prevenção ao contágio pelo vírus COVID-19 (coronavírus) nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná. Curitiba: DEAESE/SEJUF, 2020a. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/portaria_n01_2020_dease_sejuf_pr_covid19_18032020.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Departamento de Atendimento Socioeducativo. **Relatório de Atividades Desenvolvidas Durante a Pandemia**. Curitiba: DEAESE, 2020b. Disponível em:

<https://coronavirus.tjpr.jus.br/documents/116858/36286128/Relat%C3%B3rio+de+atividades+Atualizado+18-05.pdf/e2ad9566-e165-6bad-01b2-c1d45e365bb7>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 20189 de 28/04/2020**. Obriga, no Estado do Paraná, o uso de máscaras enquanto perdurar o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, e adota outras providências. Curitiba: AL, 2020c. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=393869>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Departamento de Atendimento Socioeducativo. **Portaria nº 02/2020, de 06 de maio de 2020**. Institui e adota medidas e providências como Plano de Contingência de Prevenção ao contágio pelo vírus COVID-19 (coronavírus) nas Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná, em decorrência das medidas instituídas e adotadas pela Portaria 01/2020 – DEASE. Curitiba: DEASE/SEJUF/PR, 2020d. Disponível em: [https://www.fiepr.org.br/assuntosLegislativos/uploadAddress/Portaria-n-02.2020--DEASE.SEJUF.PR\[92426\].pdf](https://www.fiepr.org.br/assuntosLegislativos/uploadAddress/Portaria-n-02.2020--DEASE.SEJUF.PR[92426].pdf). Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Censes do Paraná são referência nos cuidados ao Covid-19 na gestão Ratinho Junior / Ney Leprevost. **SEJUF**, 19 de outubro de 2020e. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/Censes-do-Parana-sao-referencia-nos-cuidados-ao-Covid-19-na-gestao-Ratinho-Junior-Ney>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Unidades Socioeducativas do Paraná recebem doações de máscaras e EPI's durante a pandemia. **SEJUF**, 19 de outubro de 2020f. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/Noticia/Unidades-Socioeducativas-do-Parana-recebem-doacoes-de-mascaras-e-EPIs-durante-pandemia>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. Departamento de Atendimento Socioeducativo. Portaria nº 03/2020 – DEASE/SEJUF/PR, de 21 de maio de 2020. Altera a Portaria nº 02/2020 – DEASE/SEJUF. Curitiba: DEASE/SEJUF/PR, 2020g. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-12/portaria_03.2020_-_covid-19_0.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

PEREIRA, M. **A leitura no contexto de privação de liberdade**: análise da abordagem de leitura no livro didático. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

RAVELLI, Q. A pandemia paralela. **Estado de Minas**, 29 de janeiro de 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/charge/2021/01/29/interna_charge,1233280/pandemia-de-fake-news.shtml. Acesso em: 20 mar. 2021.

RELATÓRIO CARAVANAS. **Direitos Humanos**: um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Brasília, DF: CFP, 2006.

RIBEIRO, M. A. P. da C. **O mundo como prisão e a prisão no mundo**: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal. 2012. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, A. P. F. da. **O mito do cárcere ressocializador**. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, C. F. e. A **socioeducação e Direitos humanos**: um estudo do projeto “A Arte do Saber”. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, E. T. da. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas: Papyrus, 1986.

SILVA, E. T. da. **Leitura e realidade brasileira**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

SILVA, E. T. da. **Elementos de pedagogia da leitura**. 3.ed. São Paulo: Martin Fontes, 2005.

SILVA, E. T. da. **Criticidade e leitura**: ensaios. São Paulo: Editora Global, 2009,

SILVA, E. T. da. **O Ato de Ler**: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, H. J. **Análise de Conjuntura**. 34. ed. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro: 2014.

TEIXEIRA, A. **Fake news contra a vida**: desinformação ameaça vacinação de combate à febre amarela. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2018.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Rio de Janeiro: FLASCO, 2015.

WINCHUAR, M. J. L. **Práticas de leitura em escola do campo**: um estudo com professores de escolas e classes multiseriadas de Prudentópolis-PR. 2020. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.